

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUÍSA NASCIMENTO SANTOS

**AS FACÇÕES DO PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA O BREXIT**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2020

LUÍSA NASCIMENTO SANTOS

**AS FACÇÕES DO PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA O BREXIT**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2020

LUÍSA NASCIMENTO SANTOS

AS FACÇÕES DO PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO E SUAS IMPLICAÇÕES
PARA O BREXIT

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Sergipe como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque – UFS (orientador)

Prof. Dr. Cairo Junqueira Borges – UFS (examinador)

Prof. Dr. Livia Peres Milani – UFS (examinadora)

Aos meus pais e minha namorada pela paciência e apoio nessa fase final.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por sempre apoiarem minhas decisões, por todo suporte emocional durante esses intermináveis quatro anos de graduação e pela disponibilidade afetiva durante todos esses anos.

Agradeço à Aline, sem você este trabalho não existiria. Obrigada por sempre estar do meu lado, por me apoiar e me satisfazer com alguns dos melhores momentos desses últimos dois anos.

Agradeço a todos os meus amigos realistas que estiveram comigo estes anos e que me ajudaram e não ficaram fazendo intermináveis perguntas sobre como estava o TCC. Agradeço a Bruno e Luan por terem aguentado meus dramas em relação a este trabalho e à vida. Agradeço a Guilherme que por muitas vezes estava longe, mas sempre presente e disponível quando eu mais precisei.

Agradeço aos meus parceiros de orientações de TCC, Luan e Matheus e ao Centro de Estudos da união Europeia por toda força e ajuda acadêmica.

Agradeço, por fim, ao meu orientador Rodrigo pela paciência e disponibilidade por aceitar um tema um tanto estranho e por todas as lições aprendidas nas disciplinas e orientações.

RESUMO

O debate sobre a integração entre o sistema internacional com as políticas internas de cada país é essencial para compreender como algumas decisões de política externa são tomadas. O Brexit que é a saída do Reino Unido da União Europeia conta com presença de alguns atores internos britânicos que participam das discussões sobre como tal saída deve se suceder. O atual partido que está no poder no país, o Partido Conservador britânico, é formado por vários Membros do Parlamento que são subdivididos em facções intrapartidárias que divergem em interesses, objetivos e *payoffs* sobre as políticas a serem implantadas pelo país e principalmente sobre o Brexit. Essa pesquisa buscou analisar a relação das facções intrapartidária entre si e como elas agem em relação às negociações referentes à saída do Reino Unido da União Europeia.

Palavras-Chave: Brexit; Partido Conservador britânico; facções intrapartidárias.

ABSTRACT

The debate over the integration between the international system with each country's internal policies is essential to understand how some foreign policy decisions are made. The Brexit that is the United Kingdom's exit from the European Union has the presence of some British internal actors who participate in the discussions on how such exit should take place. The current party in power in the country, the British Conservative Party, is made up of several Members of Parliament who are subdivided into intra-party factions that differ in interests, objectives and payoffs on the policies to be implemented by the country and mainly on Brexit. This research sought to analyze the relationship of the intra-party factions to each other and how they act in relation to the negotiations regarding the withdrawal of the United Kingdom from the European Union.

Key words: Brexit; British Conservative Party; intra-party factions.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
1. A RELAÇÃO DO PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO COM A UNIÃO EUROPEIA: DE THATCHER A MAY.....	13
1.1 Margaret Thatcher e Sir John Major.....	13
1.2 William Hague, Iain Duncan Smith e William Howard.....	17
1.3 David Cameron e Theresa May.....	18
2. FACÇÕES PARTIDÁRIAS E O PARTIDO CONSERVADOR BRITÂNICO.....	23
2.1 Partidos Políticos: o Partido Conservador Britânico.....	23
2.2 Jogos intrapartidários: as facções.....	25
2.3 As facções do PCb.....	27
3. AS FACÇÕES E SUAS INTERAÇÕES.....	35
3.1 Perspectiva estratégica, institucionalismo e multilateralismo.....	35
3.2 Jogos de cooperação (colaboração)	38
3.3 Jogos de coordenação.....	41
3.4 As posições do Partido Conservador britânico em relação ao Brexit.....	43
CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

Introdução

No meio de 2016, o Reino Unido (RU) votava sua permanência na União Europeia (UE). A vitória dos *leavers* não foi fruto apenas daquela votação mas de um caminho que o Partido Conservador britânico (PCb) vem seguindo desde o século passado. A votação pela saída do Reino Unido da União Europeia significou para o Partido Conservador a escolha de dois novos líderes de partido e Primeiros-Ministros. Como consequência da votação de 2016, o Partido Conservador se encontra mais dividido do que nunca, ao reunir diferentes posições dos membros do partido sobre como o acordo do Brexit deve ocorrer e como o Reino Unido se estabelecerá depois da saída. Atualmente, o partido conta com algumas facções que divergem em interesses e objetivos dificultando ainda mais a assinatura de um acordo.

A pomposidade britânica, fruto de um Império e uma Corte que durou e dura até hoje sempre esteve no meio da vida política do Reino Unido, dessa forma, a relação do Reino Unido com a União Europeia nunca foi agradável, o jornal britânico *The Guardian*, em 2016, até chamou essa relação de *rocky marriage*. Na realidade, o RU sempre relutou e não fez de sua prioridade fazer parte da União Europeia, coisa que sempre deixou clara nessas últimas quatro décadas. Desde a assinatura do tratado que criou a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957, o Reino Unido não quis fazer parte do modelo europeu de integração (BONGARDT; TORRES, 2017). Marcado por sua confiança e memória de um grande Império, o Reino Unido sempre pareceu querer deixar de lado qualquer modelo que o aproximasse do resto da Europa.

No ano de 1963 foi a vez da Europa negar a tentativa de aproximação britânica, assim, o RU só conseguiu fazer parte da CEE em 1973, no entanto, por mais que o RU tenha sido contra tentativas de integração europeia. A integração RU – UE já foi testada algumas vezes, em 1975 e 1983 com tentativas de Brexit, e Margaret Thatcher sempre manteve seu punho de ferro se contrapondo a forças conservadoras pro – europeias. No entanto, em 1984, o Partido Trabalhista britânico (Labour Party) percebeu que as ideias de uma Europa social, trazidas pelo então presidente da Comissão Europeia, Jacques Delor, poderiam ser de grande benefício para o trabalhador britânico que sofria com o capitalismo de livre mercado defendido por Thatcher. No outro lado do espectro, no Partido Conservador, nascia a ideia de que a Europa não se preocupava com uma cooperação onde o Reino Unido poderia ter direito de expressão, mas estava desenvolvendo uma cooperação que tinha por objetivo roubar a soberania britânica (THE GUARDIAN, 2016). Dessa forma, o que viria a ser o referendo do Brexit de 2016 teve seu início ainda no século XX.

Um dos pontos que culminou na votação de referendo do Brexit e a renúncia de David Cameron do cargo de Primeiro-Ministro foi a tentativa de implementação de políticas modernizadoras no Partido Conservador britânico. Ao assumir o cargo de chefe de governo, Cameron propôs uma modernização em seu partido baseada na modernização proposta por Tony Blair no Partido Trabalhista. Tal pauta tinha como característica uma guinada mais à esquerda do espectro político, baseada em uma maior concentração de políticas sociais e um menor interesse em questões como Europa e imigração. O Partido Conservador, no entanto, respondeu de forma negativa a tais propostas. Muitos dos membros do partido julgavam que as intenções de Cameron se aproximavam mais da ideologia defendida pelos trabalhistas do que pelos conservadores. Dessa forma, houve grande pressão interna do partido para que o ex-Primeiro-Ministro colocasse o referendo para votação e tornasse mais uma vez o Partido Conservador um grupo que caminha ainda mais para a direita do espectro político.

Desde a votação do referendo em 2016, o Reino Unido vem pedindo para que União Europeia adie sua saída do bloco. Estes pedidos são reflexo da falta de coesão dos membros do parlamento britânico de chegar a um acordo para o Brexit. O Partido Conservador britânico, atual partido do Primeiro – Ministro, sofre com a existência de fissuras intrapartidárias que dificultam a cooperação entre os objetivos e vontades dos membros do partido e a coordenação de tais objetivos. Além da falta de unidade presente no partido, os conservadores também sofrem com índices de dissidência de membros que caminham entre outros partidos.

O Brexit trouxe consigo o surgimento de novas facções dentro do Partido Conservador britânico que atuam de forma competitiva e se transformam a partir de incentivos e *payoffs*. O jornal *The Independent* (2019) apresentou quatro facções principais dentro do gabinete conservador: *The Brexit Bunch*, *The Pragmatic Mainstreamers*, *The soft Brexit brigade*, *The hard-Brexit outsiders*. Já o *Financial Times* (2019) proporcionou uma lista mais completa que divide os *tories* (PCb) em seis facções. A primeira chamada de *Government Payroll* conta com 141 dos 314 conservadores, estes seguem as posições do governo e do partido. A segunda chamada *European Research Group* conta com a presença de 90 conservadores que foi o primeiro grupo pró-Brexit. O *Brexit Delivery Group* é formado por 51 membros do partido divididos entre *remainers* e *leavers* que almejam um acordo para o Brexit. *Other Eurosceptics* conta com apenas 11 conservadores que apoiam veementemente a saída do Reino Unido da União Europeia. Com 6 conservadores, a quinta facção citada pelo jornal é *Conservatives for a People's Vote* que apoia a ideia de um novo referendo para que o povo britânico dê sua decisão final. Por fim, *Unaffiliated* formado por 23 membros do partido não comunicam seu voto.

Assim, é importante notar que a existência de facções dentro do Partido Conservador proporciona uma falta de coordenação dos interesses de cada membro do partido e assim, dificulta a assinatura de um acordo para o Brexit.

Dentro do jogo intrapartidário, defende-se que os partidos devem ser compreendidos como atores unitários. Porém, os partidos são formados por indivíduos que nem sempre atuam de maneira racional e nem sempre apresentam os mesmos objetivos. Dessa forma, a realidade que deve ser enxergada é a de que partidos diferentes possuem preferências e objetivos divergentes, da mesma forma, dentro de um mesmo partido, cada indivíduo pode também apresentar preferências e objetivos diferentes. Tais diferenças dão a luz a subgrupos chamados de facções. Além de deixar de lado a noção de que partidos se comportam como atores unitários, deve-se também compreender que as facções destes partidos são subgrupos dinâmicos. Facções intrapartidárias podem se transformar, defender determinados objetivos em um momento e deixar de defendê-los em outro. Estes subgrupos possuem uma característica multifacetada que se transforma em resposta a incentivos, públicos ou privados. A compreensão da existência de facções deve focar não só na dinamicidade dessas como também na noção de que não se deve estudar facções como grupos com características pré-determinadas, as facções podem se modificar no tempo e em relação a suas políticas.

Também é importante ter em mente que os partidos se esforçam para manter as facções dentro do partido, ou seja, eles se esforçam para manter a unidade do partido, apesar das divergências internas. No entanto, a falta de coesão, mantida pelos partidos através de cooperação, disciplina e lealdade, traz à tona dissidência entre partidos. No jogo intrapartidário, é essencial que as facções entrem em acordos de cooperação para dar forças ao partido. A realidade em que se encontra o Brexit, o coloca em meio a dois tipos de jogos: cooperação e coordenação. O jogo de cooperação assume que as partes escolham ações que sejam boas para o grupo, mesmo que tal ação não seja a melhor para as partes em particular. Já o jogo de coordenação se baseia no princípio de que o mais importante é a interação entre as alianças inseridas no jogo, onde estas coordenam suas ações tomadas em conjunto.

Por fim, o objetivo que se segue ao longo do trabalho é identificar as facções do Partido Conservador britânico e analisar como elas se comportam no jogo intrapartidário. Além disso, busca-se compreender suas relações com o Brexit e as divergências que existem entre elas. O primeiro capítulo segue com uma análise histórica da relação entre Reino Unido e União Europeia e como essa relação culminou na votação do Brexit. O segundo capítulo tem um

caráter mais teórico que gira em torno do que são facções e como elas se comportam no jogo intrapartidário dos conservadores. O terceiro capítulo faz uma análise dos problemas de coordenação entre as facções conservadoras e o Brexit. Por fim, o quarto capítulo traz uma conclusão e interligação dos temas anteriores.

1. A relação do Partido Conservador Britânico com a União Europeia: De Thatcher a May

A relação entre o Partido Conservador britânico (PCb) e a União Europeia foi e ainda é marcada por vários atritos relacionados a soberania, política, economia e imigração. O primeiro capítulo deste trabalho busca analisar o histórico dessa relação e pontuar os principais pontos de conflito. Dessa forma, faremos um apanhado histórico desde a era Thatcher até o mandato de Theresa May. Por ser uma análise apenas do PCb, os Primeiros-Ministros Tony Blair e Gordon Brown não serão levados em consideração por serem membros do Partido Trabalhista. Por fim, o capítulo será dividido em duas partes: a primeira parte versará sobre os mandatos de Thatcher e Sir John Major, que foram marcados pelas posições de euroceticismo e pró-europeus; e a segunda parte seguirá os mandatos de David Cameron e Theresa May, que foram marcados pelas posições de *hard eurosceptics* e *soft eurosceptics*.

1.1 Margaret Thatcher e Sir John Major

O primeiro dia do ano de 1973 foi marcado pela entrada do Reino Unido na União Europeia (antiga Comunidade Econômica Europeia). Nessa época, o Primeiro-Ministro era o Sir Edward Heath do Partido Conservador. Após seu mandato, os dois próximos a ocuparem o cargo foram membros do Partido Trabalhista, de 1974 a 1979. No entanto, em 4 de maio de 1979, Margaret Thatcher assumiu o posto de premiê britânica e mudou a visão institucional do Reino Unido sobre a Europa e a União Europeia. No referendo de 1975, Thatcher assumiu a posição de defender a permanência do país na União Europeia, mas depois, se deparou com quatro problemas que aumentariam, no futuro, seu euroceticismo. O primeiro deles foi em relação ao orçamento dado ao bloco; o segundo tinha como ponto focal o *Single European Act*; o terceiro versava sobre a vontade da União Europeia de implementar uma agenda de Europa social, e por fim o quarto ponto está relacionado à posição assumida pelo Ministério de Relações Exteriores (DOREY, 2017). Os quatro pontos são importantes para compreender o aumento da ala eurocética no PCb e suas justificativas, no entanto, não apenas eles explicam o fato. Tal conjunto serviu para mudar a posição da então Primeira-Ministra, saindo de um ponto onde ela enxergava a permanência na Comunidade Econômica Europeia como oportunidade e partindo para o ponto em que tal posição se tornou uma ameaça.

Em primeiro lugar, havia uma regra dentro da Comunidade Econômica Europeia (CEE) que ditava que todos seus países membros deveriam contribuir com 1% dos seus impostos indiretos. No ano de 1979, as receitas britânicas aumentaram em 7% colocando o país em uma

posição confortável internamente. No entanto, tal aumento resultou em uma maior contribuição com o resto da CEE. Nesse momento, o Reino Unido contribuía anualmente com 1 bilhão de libras esterlinas, o que o posicionava como segundo maior contribuinte no bloco, mesmo assumindo a posição de terceiro país mais pobre. O desequilíbrio resultante dessa contribuição trouxe um novo discurso apresentado por Thatcher que era baseado no lema “*take our money back*” e exprimia que renegociações eram necessárias para que a filiação na Comunidade valesse os custos. Dessa forma, podemos observar que de um lado existia Thatcher que a qualquer custo aspirava à preservação da economia britânica e do outro lado, a Comunidade Econômica Europeia buscava construir coalizões para conseguir colocar o projeto europeu nos trilhos (CROWSON, 2007).

Em segundo lugar, no ano de 1981, a assinatura do *Single European Act* colocava em pauta a remoção de controles fronteiriços e taxas aduaneiras entre os membros do bloco, como o objetivo de facilitar o livre movimento de bens, capital e trabalhadores. No entanto, esta era uma faca de dois gumes. Por um lado, o Reino Unido sempre tinha em vista um mercado comum europeu que seria de grande vantagem para sua economia. Porém, por outro lado, a assinatura de tal ato trouxe também a determinação de que as políticas pactuadas na Comunidade Econômica Europeia seriam votadas através *Qualified Majority Voting*. Este modelo de votação reduziu o poder de Estados-membros de vetar proposições, o que poderia, assim, ser de desvantagem para suas respectivas economias. Assim, Thatcher encontrou divergência entre suas vontades de um livre mercado comum europeu e as posições adotadas por membros do PCb. Isso porque, alguns conservadores julgavam que a premiê estava subestimando as posições expansionistas e integrativas da Comunidade Econômica Europeia em nome da sua pauta de livre mercado (DOREY, 2017). Na realidade, ao implantar o voto majoritário, o acordo de um único mercado europeu colocava, como visto, o poder de veto nas mãos do Parlamento Europeu, relativizando, dessa forma, a soberania britânica.

Em terceiro lugar, a tentativa de implementação da agenda social europeia marcou um dos últimos passos para o aumento do euroceticismo dentro do PCb. A abertura da economia britânica para um mercado único europeu abriria margem para “coisas boas” e “ruins”. Por mais que Thatcher apoiasse a pauta neoliberal trazida pelo *Single Market Act*, ela sustentava apenas as relacionadas à livre circulação de bens e capitais, mas não à livre circulação de trabalhadores. A premiê britânica tinha conhecimento de que esta mudança na realidade europeia traria consigo maiores reivindicações de direitos trabalhistas que ela não estava disposta a conceder (DOREY, 2017). No entanto, de uma forma ou de outra, a livre circulação de trabalhadores que

resultaria em reivindicações de direitos era uma marca de pautas voltadas mais para o lado esquerdo que direito do espectro político. Assim, em seu discurso em Bruges em 1988, a premiê britânica argumentou que o país não havia lutado tantos anos contra a paralisia socialista para que a Europa a trouxesse à tona. Colocou ainda que aqueles que viam a Comunidade Econômica Europeia como forma de espalhar o socialismo não teriam lugar no governo britânico (MARGARET THATCHER FOUNDATION, 1988).

Em quarto lugar, em todos os discursos que tinham como tema a Europa, Margaret Thatcher argumentava que a CEE não era de fato europeia. O bloco, no entanto, assumia um papel em defesa de necessidades e vontades franco-germânicas. Porém, a defesa de tais interesses não era feita por parte apenas do bloco econômico, mas também por parte do Ministério de Relações Exteriores britânico. Existia, dentro do Parlamento britânico suspeitas de que o Ministro de Relações Exteriores, Geoffrey Howe, era muito condescendente com as políticas da CEE e pouco favorável a defesa dos interesses britânicos. Howe apontava que a fixação anti-europeia de Thatcher danificava a imagem britânica interna e externamente e danificava ainda mais seus interesses econômicos e políticos. As desavenças entre o ministro e a premiê levou à renúncia daquele, que resultou na também renúncia de Thatcher no final de 1990 (CROWSON, 2007; DOREY, 2017). Segundo Bale (2010), em seus últimos anos de mandato, a premiê britânica não ouvia mais os conselhos de seus ministros e membros de partido.

O problema para Thatcher era que, a partir do final de 1987, esses mecanismos estavam indisponíveis ou não estavam funcionando como deveriam. O gabinete foi disfuncional: nas palavras de um ex-funcionário público e futuro ministro conservador, que viu em primeira mão ‘a intimidação [Thatcher] passou a exercer sobre seus ministros’, ‘quando as pessoas dizem que em seus últimos anos no cargo ela tinha parado de ouvir alguém, eles estão certos. Mas uma razão pela qual ela parou de ouvir foi que muitas pessoas ao seu redor pararam de falar’. Aqueles que não tendiam a ser suas almas gêmeas ideológicas e, como tal, não fizeram nada para impedir que ela perdesse o contato com a realidade (BALE, 2010, p. 45, tradução nossa)

A posição anti-europeia de Margaret Thatcher trouxe para o PCb uma divisão interna daqueles que apoiavam o lado eurocético de Thatcher e aqueles que se colocavam enquanto pró - Europa. No entanto, tal fixação trouxe à tona vários Membros do Parlamento (MPs) que não concordavam com o euroceticismo e sustentavam a ideia de que com a Comunidade Econômica Europeia, os britânicos dispunham de mais vantagens do que desvantagens. Este, então, foi o início das desavenças entre os conservadores pró e anti - UE.

A partir do mandato de John Major, o foco institucional do Partido Conservador mudou drasticamente. Diferente da sua predecessora, o então premiê britânico foi acusado de não prosseguir com uma postura anti-europeia suficiente. De fato, em um de seus discursos em Bonn, o Primeiro-Ministro disse que esperava que a Grã-Bretanha se posicionasse no coração da Europa (CROWNSON, 2007). Por um lado, existe a consistência de que John Major apenas se tornou Primeiro-Ministro por que teve apoio de Margaret Thatcher que acreditava que está seria uma melhor escolha do que ter como premiê britânico um homem declaradamente favorável as ordens de Bruxelas como Heseltine, a segunda opção para seguir o cargo da premiê (BALE, 2010). Por outro lado, para diversos conservadores, Major não tinha o mesmo “pulso firme” que Thatcher. Heppell (2008) admite que Margaret Thatcher era vista como radical e ideológica, enquanto John Major era visto como consensual e pragmático. Contudo, respostas às políticas da era Thatcher surgiram nas eleições gerais de 1992. Após este evento, John Major se tornou Primeiro-Ministro com apenas 21 assentos no Parlamento britânico. Suas dificuldades, segundo Geoffrey Howe, advinham do famoso discurso de Margaret Thatcher em Bruges, que resultou em altos índices de euroceticismo no PCb e dissidências para outros partidos (DOREY, 2017).

Dorey (2017) argumenta que um ponto de extrema importância para colocar John Major contra os eurocéticos do PCb foi a assinatura do Tratado de Maastricht. Segundo o autor, o objetivo do tratado parecia ser unificar ainda mais a Europa em um único país. A pressão posta por Major para a ratificação do tratado por parte do Parlamento britânico, colocou-o ainda mais as listas de “defensores da Europa” dos conservadores. Dessa forma, o resultado da pressão colocada por Major para ratificação do Tratado de Maastricht, foi a hostilidade dos membros do PCb. A partir deste momento, a autoridade do então Primeiro-Ministro foi desestruturada tanto pelas divisões no partido em relação à Europa, quanto por sua falta de liderança (DOREY, 2017).

Entre os anos de 1997 e 2005, o Reino Unido foi governado por mandatos do Partido Trabalhista que nas eleições de 1997 não precisaram se esforçar para ganhar após o desastroso mandato de Major. Durante estes anos o PCb teve três líderes de partido, todos eurocéticos: William Hague, Iain Duncan Smith e Michael Howard. Na realidade, nesse período, os saudosos conservadores se voltaram para modos e modelos de governo característicos da era Thatcher. Diversos desenvolvimentos na União Europeia como ratificação do tratado de Amsterdã e a união monetária dos países membros, apenas serviram como pautas para que os eurocéticos contestassem mais ainda os poderes advindos de Bruxelas.

1.2 William Hague, Iain Duncan Smith e Michael Howard

O período de 1992 a 2005 foi de grande proveito para os eurocéticos do PCb. Durante esses anos, a União Europeia contou com uma série de tratados, como o de Amsterdã e de Nice e a proposta de moeda única europeia, que serviram de justificativa para aqueles Membros do Parlamento (MPs) que eram contra a permanência do país no bloco. Mesmo após a saída de Thatcher como Primeira – Ministra, os três líderes de partido que sucederam, implantaram diversas políticas que são características do mandato da premiê (DOREY, 2017).

No entanto, os três líderes de partido se preocuparam muito mais com questões que os britânicos diriam ser de cunho trabalhista: educação e saúde, além disso, Hague, Smith e Howard mostraram estar mais em contato com “pessoas comuns” como apontam Dorey et al (2011). Essa aproximação significou também uma tentativa de modernização por parte dos líderes conservadores, contudo, tal tentativa nunca pareceu verdadeira dentro dos interesses do partido (DOREY, 2017).

A eleição de Hague como líder do PCb aconteceu, como muitos MPs disseram, por falta de opção de melhores candidatos. Dias antes da eleição, a lista de candidatos reduziu de 12 para 6 nomes, dentre os que saíram da lista, o principal nome aclamado pelo lado eurocético do partido, Portillo, e o principal do lado eurófilo, Haseltine. A emergência de Hague também foi resultado de uma conduta administrada pelos conservadores chamada *Anybody but Clarke* (ABC), onde os MPs fariam o que fosse necessário para impedir que Kenneth Clarke se tornasse líder do partido, “Ele era como seu antecessor, um líder padrão minado por uma multiplicidade de problemas de legitimidade (...). Constituiu um início auspicioso de seu mandato como líder do partido e um presságio das dificuldades que viriam pela frente” (HEPPELL, 2008, p.127). Enquanto líder, Hague se posicionava dentro do espectro eurocético, porém de forma mais moderada e não reconhecida pelos companheiros.

O mandato de Iain Duncan Smith (IDS) foi marcado pelos mesmos temas de antes: impostos, Europa e asilo. O novo líder conservador era notavelmente eurocético e se posicionava totalmente contra a posição eurófila de Kenneth Clarke. IDS era visto dentro do partido como um tradicionalista ferrenho em todas as questões políticas sociais e morais, era conhecido como um MP que se opôs a todas as propostas de maior integração europeia. Toda via, este não obteve tanto apoio em seu mandato por parecer sempre muito tradicionalista, até mesmo para os conservadores. Por fim, podemos dizer que as propostas de IDS eram

características de Thatcher e se posicionavam no extremo da direita radical (CROWNSON, 2007; BALE, 2010).

Michael Howard tentou deixar a força que a Europa tinha no partido de lado, porém em um discurso em 2004, o então líder conservador mostrou sua posição em relação a UE. Howard apoiava um novo tipo de acordo entre o Reino Unido e a União Europeia, onde a soberania britânica fosse respeitada e a cooperação e não coerção fosse base. Por mais que sua visão parecesse um pouco mais moderada do que a de seus predecessores, Howard também se posicionava enquanto um eurocético de direita. Assim, ele se opôs a proposta da criação do euro enquanto moeda única da Europa, e se opôs a iniciativa de uma defesa europeia, que, em sua visão, tiraria poder da Organização do Tratado do Atlântico Norte (CROWNSON, 2007).

Na eleição de 2005, Michael Howard perdeu seu assento de líder do partido para David Cameron que mudaria as propostas do partido e sua posição em relação a Europa e a assuntos morais e sociais.

1.3 David Cameron e Theresa May

A palavra que marca o mandato de David Cameron enquanto líder do Partido Conservador britânico e Primeiro-Ministro é modernização. David Cameron foi o político que tentou distanciar a fixação conservadora da Europa por acreditar que isto era um ponto contraproducente. Dessa forma, as pautas elencadas por ele foram de conotação social e liberal, aproximando o partido aos poucos da centro-esquerda. De 2005 a 2016, os pontos realçados por Cameron serviram para dividir ainda mais seu partido.

Ao assumir a liderança do PCb em 2005, David Cameron tinha a ousada proposta de modernizar o partido. No entanto, suas motivações se assemelhavam muito mais às aquelas características ao Partido Trabalhista. Dommett (2015) argumenta que David Cameron surgiu enquanto um político modernizador por acreditar que os britânicos haviam perdido o contato com o país e que era necessário que houvesse uma mudança para que o PCb se reconectasse com a sociedade contemporânea. Pela modernização proposta por David Cameron podemos entender a ligação do mundo político com mudanças na sociedade, cultura e economia (KENNY & SMITH apud DOMMETT, 2015).

As pautas propostas por Cameron foram marcadas pelo social liberalismo (*modernizers*) para que o partido se distanciasse do seu passado, mais especificamente, da era Thatcher. Dessa forma, o principal ponto de conflito do governo do premiê britânico se alocou entre os *centrist*

modernizers e *centre-right traditionalist*. Os segundos defendiam reformas aos modos de Thatcher enfatizando pautas como lei e ordem, controle de imigração, valores familiares tradicionais, soberania nacional e euroceticismo. Os primeiros, ao contrário, buscavam incluir mais pautas sociais como casamento igualitário, redução da pobreza inclusão social (KERR et al, 2018).

David Cameron tentou diminuir a importância da Europa nas discussões do PCb. No entanto, Heppell et al (2017) apontam que esta tentativa sofreu ameaças em três âmbitos: ameaças de soberania, ameaças econômicas e ameaças de identidade. A primeira ameaça existe desde o mandato de Thatcher e estava conectada ao papel integralista e expansionista da União Europeia. A segunda tinha relação com as crises sofridas pelas zonas do euro e deixavam o Reino Unido em uma posição desconfortável. Por fim, a terceira ameaça se conectava com os altos índices de imigração dentro da Europa. Estas três ameaças sofridas por David Cameron serviram para que o lado eurocético tivesse mais justificativas para suas descrenças no poder de Bruxelas. Além disso, muitos conservadores duvidaram da força com que David Cameron lutava contra a integração europeia.

Por mais que David Cameron tenha lutado para administrar suas tendências modernizadoras, a introdução da pauta falhou no PCb. Desde o governo de Thatcher, o PCb vem construindo uma faceta eurocética baseada na crença de que a soberania britânica é superior a qualquer tentativa de integração europeia. Os líderes de partido entre 1997 e 2005, por mais que tentassem implementar posturas modernizadoras, falharam em vista de todos os outros processos de integração e unificação da União Europeia. Dessa forma, mesmo nesse meio tempo, o euroceticismo continuou sendo a bandeira principal defendida pelo partido. Já o posicionamento de David Cameron agiu apenas de forma a catalisar os processos de afastamento dos membros do partido em relação ao bloco europeu. Durante seu mandato o Partido Conservador britânico não se dividia mais entre eurocéticos e *europhiles*, mas sim entre *soft* e *hard eurosceptics*.

No entanto, quando David Cameron se tornou Primeiro Ministro em 2010, as divisões do Partido Conservador não estavam mais entre *Europhiles* e *Eurosceptics*, mas entre *Eurosceptics soft* e *Eurosceptics hard*, e embora este último fosse numericamente uma minoria no parlamento Partido Conservador, eles eram mais coesos e confiantes, e mais dispostos a criticar a liderança por não ser suficientemente resoluta e robusta em sua posição em relação à UE. Essa mudança em direção ao euroceticismo geral no Partido Conservador, e o desenvolvimento de um euroceticismo "rígido", reflete tanto a '*Thatcherisation*' pós-1990 do Partido Conservador, quanto a crescente preocupação com os desenvolvimentos dentro ou a emanar da UE, como novos Tratados e trabalhadores migrantes da Europa Oriental pós-2004, respectivamente. (DOREY, 2017, p. 37, tradução nossa)

Além da falha do projeto modernizador, falhas de políticas práticas, como o projeto de diminuir a imigração, também foram notadas pelos MPs. Em 2010, o Primeiro-Ministro prometeu trazer a imigração a faixa das dezenas, mas isso não aconteceu. O sentimento pró-UE também fez com que alguns membros do PCb saíssem do partido para outros que se encaixavam mais com seus interesses, entre eles o *United Kingdom Independence Party* (UKIP).

Tabela 1: Como os apoiadores do UKIP votaram na eleição geral passada. DOREY, 2017, p. 37.

Table 1. How UKIP supporters voted in the previous general election. Source: Ford (2012, adapted from annual polls by YouGov and the British Election Survey).

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Con	22	12	20	25	16	21	22	32	37
Lab	34	14	17	16	24	27	13	5	3
Lib D	6	5	6	6	6	8	14	1	13

Portanto, a resposta do partido em relação aos projetos modernizadores de Cameron se dividiu em dois focos. O primeiro estava relacionado com o atrito entre àqueles tradicionalistas que não concordavam com pautas relacionadas a inclusão social e o social liberalismo. O segundo se conecta com a divisão em relação à Europa, que se separavam em dois grupos: os eurocéticos, que vinham se formando desde o governo de Thatcher e aqueles pró-UE.

Após diversas pressões sofridas pelos membros do partido, o premiê britânico prometeu, em 2013, um referendo que decidiria se o Reino Unido permaneceria ou não na União Europeia. As campanhas que precederam o referendo deixaram não apenas o Reino Unido como o próprio PCb mais dividido ainda. Pesquisas feitas entre a população mostraram que muitos poderiam votar em favor da permanência do país no bloco, apenas se David Cameron conseguisse fazer algumas mudanças em relação à filiação. Se Cameron conseguisse mudar alguns termos de membresia, 42% votariam em favor da permanência, enquanto 34% votariam em favor da saída e 19% ainda estariam indecisos (DOREY, 2017). No entanto, a votação de 2016 mostrou um resultado totalmente diferente. 51,9% dos britânicos votaram para que o Reino Unido não fosse mais membro da União Europeia, do outro lado, 48,1% votaram em favor da permanência do país no bloco (BBC NEWS, 2016). Este não era o resultado que David Cameron esperava, na realidade, o premiê em muitos discursos antes da votação dizia ser favorável à permanência já que os benefícios seriam muito maiores do que a de saída. Não apenas a realidade dos votos da

população surpreendeu muitos britânicos, mas também os votos dos membros do Partido Conservador britânico.

Os votos dentro do partido foram muito diferentes do que os discursos e práticas dos MPs. Segundo Lynch e Whitaker (2018), 187 membros atuantes do Partido Conservador britânico votaram a favor da permanência (56,6%), enquanto 140 votaram a favor da saída (42,4%). Para os autores, o resultado da votação poderia indicar níveis de coesão partidária, mas não indicavam as crenças reais dos MPs. Na realidade, tudo isso indicava o que cada parlamentar queria em relação à votos, políticas e cargos. Para muitos poderia ser melhor ir contra a sua vontade e conseguir seus interesses e *payoffs*. Dessa forma, se o interesse de algum membro fosse uma política específica que só conseguiria se votasse a favor da permanência, ele o faria por que isso teria um benefício muito maior que seu custo. Por fim, todo este processo favoreceu ainda mais a junção de grupos intrapartidários diferentes entre si, as facções.

Por não acreditar no processo de saída e não achar que seria capaz de entregar o Brexit à população, David Cameron renunciou ao cargo em 2016 para a entrada da Primeira-Ministra, Theresa May. A premiê apresentava a mesma visão de seu predecessor, assim, apostava que o Reino Unido ficaria melhor se acontecesse um *Soft Brexit*, onde a relação entre o país e o bloco seria revista.

Os primeiros meses de Theresa May no cargo foram um período crítico para a nova Primeira-Ministra. Ela chegou ao poder após o resultado de um referendo contra o qual fez campanha, que poucos haviam planejado e contra o qual a maioria dos parlamentares e seus pares se opôs. Sua resposta foi abraçar o Brexit e tornar sua missão entregá-lo. (ALLEN, 2017, s.p., tradução nossa)

Theresa May, na primeira rodada de votação, obteve 165 votos dentre os 329 MPs conservadores; na segunda rodada, a decisão ficou entre May, Gove e Leadsom; na terceira rodada, a final entre May e Leadsom, resultou no cargo de Primeira – Ministra à primeira. A vitória de May foi resultado de três fatores importantes. O primeiro, gira em torno do suporte do PCb a saída do RU do bloco, isso porque dentre os conservadores 56% eram fortes *remainers* e 42% eram fortes *leavers*, isso serviu de grande influência para May por ela mesma ser uma forte apoiadora da permanência. O segundo é a premiê representava para muitos, uma possível unidade do partido, ou seja, ela seria capaz de unir todas as facções conflitantes dentro do PCb: *traditionalists* e *modernizers*, e, *eurosceptics* e *europhiles*. Por fim, o terceiro fator, era que Theresa May representava segurança. Graças a seu grande período de tempo como *home secretary*, ela serviria como um ponto final ao caos que ocorreu após o referendo de 2016 (ALLEN, 2017).

Allen (2017) aponta que May teve que lidar com a desintegração dentro do seu partido, que em 2017, girava em torno, principalmente, do Brexit. A possibilidade de atrasos nas negociações poderia desertar aqueles favoráveis ao Brexit e, alguns conteúdos no acordo poderiam causar deserções do outro lado se causassem algum tipo ameaça a economia britânica. As negociações em torno do Brexit também representavam um fator de risco à May, já que o referendo fazia a pergunta de se o Reino Unido deveria ou não permanecer membro da União Europeia, mas nada foi votado sobre como seria essa saída. Dessa forma, a governante deveria congrega as opções dentro de seu partido e fora.

O mantra carregado por Theresa May nas negociações sobre a saída do país do bloco era o famoso “*Brexit means Brexit*”. No entanto, a premiê demorou para colocar em prática o tipo de Brexit que ela defendia, assim, o mantra proclamado por ela, não significava muita coisa. Na realidade, as pautas em torno da saída se tornaram muitas vezes vagas e secretas, Allen (2017) e Heide e Worthy (2019) apontam que o caráter de falta de transparência era característico de May desde o início de sua vida política. Dado este fato, o mantra carregado por ela não mostrava o real significado do Brexit. Contudo, o caráter secreto implicado por May foi contraproducente e, informações foram vasadas tanto por parte da União Europeia quanto por parte do Reino Unido (HEIDE & WORTHY, 2019, p. 5).

A derrota de Theresa May nos *meaningful votes* trouxe consigo uma falta de confiança por parte dos MPs em seu mandato e preocupações sobre o acordo do Brexit. Em maio de 2019, a ex – Primeira – Ministra pediu demissão do seu cargo por não conseguir conduzir o Reino Unido à sua saída da União Europeia. Sua última jogada nas negociações do Brexit foi incluir a possibilidade de um segundo referendo e de manter uma união alfandegária com a UE para obter apoio dos MPs trabalhistas, no entanto, tais propostas não agradaram a parte mais radical de seu próprio partido. Após a saída de May do cargo, 12 candidatos foram possíveis para suceder a premiê, sendo o escolhido Boris Johnson (DE MIGUEL, 2019, EL PAÍS). Agora, Johnson tem a missão de entregar o Brexit diminuindo as divergências dentro do PCb.

2. Facções Partidárias do Partido Conservador Britânico

O presente capítulo tem por objetivo identificar os principais blocos de facção presentes no Partido Conservador britânico (PCb), como eles interagem entre si e quais suas implicações para as negociações em torno no Brexit. Para isso, será necessário introduzir o conceito de partido que será defendido ao longo do trabalho e o conceito de facções intrapartidárias. Dessa forma, o capítulo será dividido em três partes: a primeira versará em torno de uma breve discussão da definição de partidos dentro da democracia moderna, a segunda explorará o conceito de facções defendido no trabalho e a terceira parte será reservada para a identificação dos blocos faccionais do PCb e sua interação com os acordos do Brexit.

2.1. Partidos Políticos: o Partido Conservador britânico

Antes de começar uma discussão sobre a definição de partidos políticos, é importante notar que estes grupos não têm uma definição única. Acadêmicos desde o século XVIII até o século XXI, divergem sobre uma definição de partidos, quais seus objetivos e características. Cada definição, no entanto, é regida a partir do objetivo de cada autor e como sua pesquisa irá interagir com os partidos políticos. As definições encontradas na literatura vão do extremo normativo ao extremo descritivo. Alguns autores se debruçam mais sobre as normas de um partido político, ou seja, aquilo que um partido deve ser e o que ele deve seguir para se encaixar nesse grupo. Outros autores recaem sobre a mera descrição dos partidos, sobre o que eles são na realidade e não na teoria. As definições partidárias que recorrem mais as partes descritivas parecem ser propostas em estudos de caso do que em tentativas de formulação de teorias de médio e longo alcance, como seria o caso das definições normativas. Isso porque, partidos devem ser tratados como atores dinâmicos que mudam de governo para governo e de Estado para Estado.

Em seu livro *Political Parties & Party Systems: Comparative Approaches and The British Experience*, Moshe Maor (1997) começa sua discussão sobre a definição de partidos políticos com àquela proposta por Edmund Burke que entende este grupo como um corpo de homens unidos que buscam promover o interesse nacional em cima de um princípio que todos concordam. A definição de Burke foi de muito valor para o século XVIII, mas não condiz com a realidade do século XXI. Esta definição de Burke se encaixa em uma definição normativa, ou seja, ela recai sobre como um partido deveria se comportar e não como ele se comporta na realidade. Além disso, Burke assume uma certa integridade na formação de partidos, sem levar

em conta grupos de interesse e facções intrapartidárias. Já James Madison mais à frente coloca em questão a existência de facções enquanto parte constituinte de um partido.

Moshe Maor (1997) argumenta que tais grupos marcam a ligação entre instituições governamentais e a sociedade. Essa definição é muito importante ao compreender partidos políticos enquanto atores de relações internacionais. Isto porque tais atores pretendem ser um laço entre os dois níveis de jogo propostos por Putnam (1988), ou seja, eles marcam um elo entre a política doméstica e a política externa. É importante deixar de lado a ideia de que partidos são atores unitários, em todos os níveis de atuação de um partido (regional, subnacional e nacional), este grupo é formado por diversos indivíduos com objetivos, interesses e *payoffs* diferentes. Portanto, para iniciar qualquer discussão acerca da definição de partidos políticos, essas duas premissas serão de extrema importância no decorrer do trabalho: partidos marcam o elo entre a sociedade e o governo e partidos não são atores unitários. As duas premissas citadas acima são de extrema importância pois são as que parecem definir a atual formação do PCB, sua interação com demais partidos e políticas externas, como o Brexit.

Por não se encaixarem na definição de atores unitários, Maor (1997) argumenta que os partidos políticos se distribuem em uma definição de time coletivo e um impulso comum de paixão ou de interesse. Ao mesmo tempo que estes grupos agem de forma coletiva em favor de um objetivo ou interesse, eles também são formados por interesses e objetivos particulares de cada membro do partido. Além disso de forma objetiva, partidos são orientados por eleições que resultam em mudança ou manutenção de *status quo*. A diferenciação de mudança ou manutenção de *status quo* gira em torno da ideologia defendida pelo partido que, segundo Maor (1997) é o melhor indicador de seus objetivos.

Enquanto atores que fazem a ligação entre o governo e a sociedade, os partidos políticos também atuam nos jogos de dois níveis. Os membros de um determinado partido político que são eleitos nos cargos de governo têm a obrigação de desenvolver e aplicar políticas públicas, entre elas, políticas externas. Os eleitos, no entanto, não atuam em prol daqueles que os elegeram, mas em prol de seus próprios interesses e objetivos. O principal destes objetivos é se manter no poder. Dessa forma, as escolhas de política externa são intimamente conectadas com o objetivo de se manter no poder e o bem-estar da população fica em segundo lugar. Por fim, vale ressaltar que todas as escolhas de política externa são derivadas do contexto interno de cada Estado. Dessa forma, aqueles que foram eleitos levam essas duas coisas em consideração:

a vontade de se manter no poder e o contexto interno do país (BUENO DE MESQUITA; SMITH, 2012).

Dentro do que foi dito até agora, partidos, então, são constituídos por um grupo de indivíduos com preferências similares, mas não idênticas (CERON, 2019), são o ponto focal entre o governo e a sociedade e tem em sua ideologia, a melhor indicativa de seus objetivos. Para melhor entendimento, a definição de partidos que melhor se encaixa ao propósito do trabalho é aquela trazida por Ceron (2019)

Os partidos são associações voluntárias compostas por indivíduos com idéias semelhantes que se unem para resolver problemas de coordenação e ação coletiva (Aldrich 1995; Cox & McCubbins 1993; Kiewiet & McCubbins 1991). Está bem estabelecido que políticos e partidos políticos, assim como outros atores políticos (incluindo facções), se preocupam, em certa medida, com três objetivos diferentes: política, cargo e votos (Müller & Strøm 1999; Strøm 1990). Embora os atores políticos possam atribuir pesos diferentes a esses objetivos, idealmente, os políticos tentam alcançar os três também porque são, de uma maneira ou de outra, inter-relacionados. (CERON, 2019, p. 10, tradução nossa).

Ao entrar no âmbito do PCb, podemos encaixar essas duas principais definições, a de Maor (1997) e Ceron (2019), e relacioná-las com seus processos decisórios de política externa, mais especificamente, o Brexit. Na realidade, o Brexit é um resultado de todas essas definições dentro da realidade do Partido Conservador britânico. Em primeiro lugar, a definição de que um partido é uma congregação de indivíduos com preferências similares, mas não idênticas reflete exatamente o ponto em que se encontra o PCb. Atualmente, o partido conta com algumas facções que divergem em interesses e objetivos e fragmentam cada vez mais o grupo. Em segundo lugar, o elo entre a sociedade e o governo foi também fortemente marcado pela votação do referendo de 2016, na qual o Reino Unido se dividiu entre aqueles que favoreciam a saída do país da União Europeia e aqueles que não concordavam com essa ideia. Em terceiro lugar, a modernização proposta por David Cameron que acarretou a formação de facções e divergências em relação a Europa, marca as tentativas de mudança ideológica dentro do partido. Dessa forma, além de seguir as definições propostas aqui, o PCb é uma prova de que partidos, assim como facções, como veremos mais diante, são estruturas dinâmicas que mudam de governo para governo.

2.2. Jogos intrapartidários: facções

Esta seção do capítulo procura explicar o que são facções intrapartidárias e como elas se comportam. Além disso, almeja-se analisar os fatos que levaram as atuais fissuras do Partido Conservador britânico e identificar suas facções e como elas se relacionam com o Brexit.

Assim como os partidos políticos são uma realidade da política nacional e internacional, as facções também são. Como foi afirmado por Ceron (2019), os partidos da atual democracia são compostos por indivíduos com preferências similares, mas não idênticas. Por tanto, por mais que congregações partidárias defendam um ponto focal de mínimo acordo, existem ainda desentendimentos e divergências de objetivos e interesses dentro destes grupos. Toda discussão acerca de facções partidárias deve partir do pressuposto de que tais subgrupos são atores naturais da vida política. Por fim, além de compreender subgrupos intrapartidários enquanto uma naturalidade da política, deve-se também incluir a noção de que facções assim como partidos são elementos dinâmicos que podem se modificar de governo para governo dentro de um Estado.

Além dessa discussão evolucionária, acadêmicos também divergem sobre a diferenciação da definição entre partidos e facções. Sartori (1976), por exemplo, defende que partidos trazem uma conotação menos negativa do que facções, por isso, aqueles grupos ganharam maior importância tanto em estudos acadêmicos como na vida política. Dessa forma, muitos acadêmicos defendem que partidos e facções são em essência um mesmo grupo. Defendendo essa premissa, Rose (1964), por sua vez, argumenta que se uma facção almeja o controle do governo, ela é por definição ao mesmo tempo uma facção e um partido. Mesmo Ceron (2019), mais de cinquenta anos depois, também se alinha aos outros dois autores e considera um partido político como uma coalizão de facções.

Existe na literatura sobre facções divergências na ordem de desenvolvimento entre estes grupos e partidos políticos. Beller e Belloni (1976) apontam que William N. Chambers ao desenvolver seus estudos sobre a formação política dos federalistas e republicanos, argumentou que o desenvolvimento e surgimento de partidos se dá, em primeira mão, a partir de facções. Ou seja, para o autor, partidos políticos são o fim de um desenvolvimento evolucionário que surgiu das facções. No entanto, Beller e Belloni (1976) determinam que as principais diferenças entre os dois grupos são sobre questões de organização, visibilidade e durabilidade de cada um. Os autores argumentam que partidos políticos, por um lado, são organizados e foram feitos para serem visíveis dentro da vida política, além de se apresentarem como grupos duráveis entre eleições e governos. Por outro lado, as facções são menos duráveis e pretendem ser visíveis por um período de tempo determinado por eleições e políticas.

As definições sobre o que são facções são variadas e dentro deste trabalho faremos uma amálgama que tentará cobrir as definições mais completas. Dessa forma, as facções devem ser

compreendidas enquanto subgrupos intrapartidários formados por atores racionais que estão interessados em maximizar seus *payoffs* (CERON, 2011). Além disso, esses blocos agrupam membros com um senso comum de identidade e propósito que engajam em ações coletivas para alcançar seus objetivos particulares (BELLER & BELLONI, 1976; BOUCEK, 2009). O que deve ser mais levado em conta sobre as facções é que são formadas por indivíduos que têm interesses e objetivos únicos, mas que se aproximam para formação destes subgrupos. As facções partidárias são, assim, organizações de ação coletiva que almejam a promoção do interesse de seus membros.

Boucek (2009) apresenta três tipos de facções intrapartidárias: cooperativas, competitivas e degenerativas. As facções cooperativas são separadas e surgem a partir de divisões no partido e transições democráticas. Tais facções têm o potencial de agregar grupos distintos e construir o consenso dentro do partido, assim, este tipo apresenta como um de seus *outcomes*, a harmonia intrapartidária e a integração do grupo. As facções competitivas são geradas a partir de competições centrífugas resultantes de desavenças internas e são caracterizadas como opostas umas às outras, o movimento centrífugo dessa facção significa que ela se afasta do centro do partido. Esses tipos de subgrupos geram facções opostas que antagonizam entre si dentro de um ambiente partidário extremamente polarizado. A autora argumenta que este tipo de facção poder ser desestabilizadora para os partidos e para os governos. Já as facções degenerativas são fruto de processos de segmentação focados nos interesses faccionais. Por essa razão, este tipo de facção é auto interessada, ou seja, é caracterizada por incentivos particulares e clientelismo que geram a quebra de partidos (BOUCEK, 2009).

O PCb pode ser identificado enquanto um partido com facções competitivas, por serem opostas e condicionadas por conflitos e dissidências intrapartidárias. Atualmente, no Partido Conservador britânico, as desavenças relacionadas aos acordos do Brexit geraram dissidências de membros deste partido para outros, como os 21 MPs expulsos por Boris Johnson em setembro de 2019, além da renúncia de até então, dois primeiros-ministros. Na realidade, desde o século XIX, discussões sobre a Europa marcaram grande presença nas estruturas faccionais do partido.

2.3. As facções do PCb

As divisões dentro do Partido Conservador britânico sempre foram em grande parte em relação a Europa. No entanto, desde a volta do partido ao poder, em 2010, as fissuras

conservadoras ficaram mais fortes ao passo que uma votação sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia ficava mais palpável. Nas campanhas do referendo, pode-se observar as diferenças entre os interesses dos membros do partido. Moore (2017) argumenta que é visível que os membros do partido dentro das campanhas seguiam três caminhos diferentes: *policy seeking*, *office seeking* e *vote seeking*. No entanto, as motivações dos MPs (membros do Parlamento) se dividiram entre *policy seeking* e *office seeking*. O autor aponta que os membros guiados pelo *policy seeking* mostravam que o euroceticismo combinado com o social conservadorismo motivava sua atuação e obedeciam a lógica do *TAN (tradition / authoritarian / nationalist)*. Dessa forma, Moore (2017) argumenta que aqueles que seguiam este viés eram mais propensos a endossar a saída do Reino Unido do bloco. Por outro lado, aqueles que obedeciam a lógica *office seeking* o faziam em busca de postos políticos de maior importância, como Ministros e até Primeiros – Ministros. O autor divide sua hipótese em relação a este segmento em três partes:

Hipótese 2: O status de escritório era um forte indicador da posição do referendo de um deputado. 2a Os MPs do *frontbench* foram os MPs mais propensos a apoiar a permanência. 2b. MPs *backbench* eleitos antes de 2015 foram os MPs mais propensos a aprovar a saída. 2c. Os parlamentares recém-eleitos eram mais propensos a aprovar a licença do que os deputados de *frontbench*, mas menos propensos a aprovar a licença do que os deputados de *backbench*. (MOORE, 2017, p. 8, tradução nossa)

Aqueles que defendiam o Brexit, na ótica *policy seeking*, o faziam em nome do conservadorismo social que, em 2016, foi muito endossado graças a tentativa falha de modernização proposta por David Cameron. Porém, na ótica *office seeking*, o apoio a saída ou a permanência do Reino Unido na União Europeia, se baseava na lealdade do MPs quanto ao que eles ganhariam se apoiassem a medida (Moore, 2017). Portanto, as divisões internas dos conservadores se deram através dos altos níveis de conservadorismo e aversão às políticas migratórias da União Europeia e aos níveis de lealdade e cargos que poderiam ser distribuídos entre os MPs.

Para compreender quais são e como se comportam as novas facções do Partido Conservador britânico, devemos analisar o projeto de modernização de David Cameron, por que ele falhou e como isto resultou no referendo do Brexit e nas atuais desavenças e fissuras entre os conservadores.

Em uma plenária realizada em 2013, David Cameron prometeu aos britânicos um *in/out referendum* quanto a União Europeia. Hayton (2018) argumenta que isso aconteceu por dois motivos: o primeiro foi o alto suporte que o *United Kingdom Independent Party* e o segundo foi o alto grau de euroceticismo que marcava o Partido Conservador. Ao se tornar líder do

Partido Conservador, em 2005, muitos membros acreditavam que David Cameron teria o poder de unificar o grupo que se dividia fortemente entre os eurocéticos e aqueles pró-UE. As políticas de modernização implantadas pelo líder foram uma resposta a essa tentativa de unificação. No entanto, o triunfo dos modernizadores através de Cameron, foi marcado pelo social liberalismo, deixando a ala mais conservadora do partido desconfortável (Heppel, 2008). Muitos MPs argumentavam que os movimentos do ex-Primeiro-Ministro condiziam muito mais com as ideologias defendidas pelo Partido Trabalhista britânico.

As propostas de David Cameron se baseavam em três focos principais: meio-ambiente, ajuda externa e justiça social. Dessa forma, existia o ímpeto de mover o Partido Conservador mais ao centro do espectro político. Isto porque essas não eram preocupações tradicionais dos MPs conservadores que normalmente estavam focados no tradicionalismo e nacionalismo. A mudança da vertente principal do partido mostrou que cada vez mais o então Primeiro – Ministro buscava transportar os conservadores para o centro político, e até a esquerda. Heppell (2013) argumenta que a resposta conservadora às propostas de Cameron se dividiram entre aqueles pró-UE e eurocéticos e entre sociais liberais e sociais conservadores. O autor executou um mapa ideológico para identificar como os 306 MPs se dividiam após a tentativa de modernização: de um lado, 7 se identificaram como favoráveis à questão europeia, enquanto 64 se consideravam agnósticos à pauta e 81 se colocavam como eurocéticos; de outro lado, 91 identificaram-se enquanto sociais liberais, contra 62 sociais agnósticos e 153 sociais conservadores. Por tanto, pode-se identificar que mesmo com as propostas modernizadoras de David Cameron, seu partido ainda focava sua divisão entre os favoráveis à permanência do país no bloco e aqueles favoráveis à saída, e entre aqueles que se posicionavam mais à esquerda ou à direita do espectro político.

O mandato de David Cameron enquanto líder do partido e Primeiro-Ministro trouxe à tona discussões antigas que permeavam a política britânica. Kerr et al (2018) aponta que a divisão entre *centrist modernizers* e *centre-right traditionalist* é uma realidade conservadora que marca o partido há muitas décadas, como visto anteriormente. De um lado, os modernizadores apoiam um conservadorismo mais inclusivo marcado por ideias sociais liberais e de outro, os tradicionalistas apoiavam reformas da era de Margaret Thatcher. Seguindo este contexto, o Partido Conservador britânico se divide atualmente nessas duas esferas, sendo o Brexit o ponto de maior clivagem atual.

O jornal britânico The Guardian (2019), em uma matéria publicada em outubro de 2019, indicou que a atual ideologia do Partido Conservador é o Brexit. Após tantas discussões e fissuras advindas do mandato de David Cameron, tudo o que é importante agora para os conservadores é a saída do Reino Unido da União Europeia. Dessa forma, as facções conservadoras se dividem em um único ponto: Brexit.

A divisão em colapso entre o partido conservador e a imprensa conservadora produziu uma ilusão de ótica na qual as preocupações do partido são constantemente confundidas com as do país. Uma das curiosidades da recente rodada de entrevistas de David Cameron para promover memórias foi sua total incapacidade de distinguir entre “Europa” como um problema que o país enfrenta (onde menos de 10% do público considerou ser uma questão importante, até 2016) e a Europa como um problema que rasga o partido Conservador. (THE GUARDIAN, 2019, tradução nossa).

Não existe um consenso na literatura e nos meios de informação sobre quantas e quais são as facções do Partido Conservador britânico. No entanto, é fato que atualmente essas facções se divergem principalmente sobre o Brexit. A instituição YouGov conduziu diversas pesquisas e *surveys* dentro do partido que deu resultados sobre como se dividem os MPs. Em janeiro de 2019, a instituição realizou uma pesquisa para saber quais segmentos do Brexit cada um dos membros de cada partido se alinhava.

Tabela 2: Os segmentos do Brexit dentro do Parlamento britânico. SMITH, 2019

YouGov Survey Results

Sample Size: 1754 GB Adults
Fieldwork: 7th - 8th January 2019

	Vote in 2017				EU Ref 2016	
	Total	Con	Lab	Lib Dem	Remain	Leave
Weighted Sample	1754	579	542	98	675	723
Unweighted Sample	1754	613	560	117	772	719
	%	%	%	%	%	%
Brexit segment						
Die Hard No Dealers	13	25	6	2	1	29
May Loyalists	4	7	2	4	3	6
Soft Brexiteers	4	3	4	0	3	4
Die Hard Remainers	11	2	15	19	18	3
My Way or the Highway	7	15	2	2	1	14
Any Deal	4	5	4	4	4	5
Soft or Stay Home	18	7	32	32	35	4
Brexit, but not May's Brexit	4	5	3	1	1	6
May or Stay	1	1	1	2	2	0
Go Hard or Go Home	1	0	0	0	0	1
Any Brexit	5	10	2	1	2	8
Anything but No Deal	10	9	12	25	19	2
Anything but May's Deal	1	1	0	3	1	1
My deal, no deal or no Brexit	0	1	0	0	0	1
Literally anything	2	3	2	0	2	3
Literally no idea	15	6	13	5	8	13

Na Tabela 1, podemos identificar as posições tomadas por alguns MPs do PCb e como elas se relacionam com as principais propostas de Brexit. Aqueles que apoiam uma saída mais

dura da EU, o *hard Brexit* podem ser encontrados nesses segmentos: *Die Hard No Dealers*, *Brexit but not May's Brexit* e *Go Hard or Go Home*. Já os apoiadores do *soft Brexit* podem ser identificados nos seguintes segmentos: *May Loyalists*, *Soft Brexiteers*, *Soft or Stay Home* e *May or Stay*. Por fim, aqueles que apoiam a posição de *no deal* se encontra apenas no segmento *My deal, no deal or no Brexit*. Os outros segmentos que sobram se dividem entre aqueles que não tem uma opinião formada sobre qual acordo escolher como: *Any deal*, *Any Brexit*, *Anything but no deal*, *Literally anything* e *Literally no idea*.

Tabela 3: Posições dos Membros do Parlamento quanto as ações do novo Primeiro-Ministro, Boris Johnson. SMITH, 2019.

YouGov Survey Results

Sample Size: 864 Conservative Party Members
Fieldwork: 14th - 18th June 2019

		Vote in EU Ref		Gender		Age		
	Total	Remain	Leave	Male	Female	18-49	50-64	65+
Weighted Sample	864	183	651	543	321	365	162	337
Unweighted Sample	864	180	663	534	330	229	214	421
	%	%	%	%	%	%	%	%

Thinking about how the new Prime Minister should deal with the issue of Brexit, which of the following would you most like to see?

The new Prime Minister should stop negotiations with the EU, and instead focus on preparing to leave without a deal	24	8	28	25	23	28	25	20
The new Prime Minister should try to renegotiate a better deal with the EU, but if one isn't reached, we should leave without a deal in October	59	36	66	60	59	56	54	65
The new Prime Minister should try to renegotiate a better deal with the EU and, if necessary, should delay Brexit to provide time to reach a deal	6	18	3	6	7	6	10	5
The new Prime Minister should hold a cross-party citizens' assembly to try and find an acceptable compromise deal on Brexit	2	8	1	1	4	2	2	3
The new Prime Minister should hold a new referendum on whether Britain still wants to leave or wants to remain after Brexit	4	14	1	5	4	5	5	3
The new Prime Minister should cancel Brexit and keep Britain in the European Union	3	14	0	3	3	2	2	4
Something else	0	0	0	0	1	0	1	0
Don't know	0	0	0	0	0	0	0	0

A partir da tabela 2 podemos analisar que as duas maiores porcentagens se dividem nos segmentos *Die Hard No Dealers* e *My Way or the Highway*. Na tabela 3, a pergunta que norteou o *survey* se direcionava para quais ações o novo Primeiro-Ministro, Boris Johnson, deveria tomar em relação ao Brexit. A resposta com mais votos foi: “O novo Primeiro-Ministro deverua tentar renegociar um acordo melhor com a UE, mas se não se chegar a um acordo, nós

deveríamos sair do bloco em outubro”, essa posição se assemelha ao que na primeira tabela seria aqueles que se identificavam como *Die Hard No Dealers*. De fato, dentro do Partido Conservador, a facção mais forte atualmente é a que prefere em primeiro lugar que o Reino Unido e a União Europeia não cheguem a um acordo.

Os dois grupos das tabelas se assemelham à facção *The Bruges Group* presente no Partido Conservador, este subgrupo se coloca fortemente a favor do Brexit em favor da soberania e democracia britânica. Essa facção teve como sua fundadora a ex-Primeira-Ministra Margaret Thatcher, que por sua vez, era forte opositora da integração britânica à União Europeia e argumentava sempre a favor do euroceticismo e soberania britânica. Na realidade, o grupo se identifica como um *think tank* que organiza eventos e pesquisas sobre um Reino Unido que possa criar laços com outros países europeus (THE BRUGES GROUP, 2019).

Do outro lado do espectro político britânico, existe *Tory Reform Group* que se opôs ao Brexit em 2016 e se identifica dentro da ala social conservadora do partido. Este grupo luta contra as injustiças sociais e se posiciona do lado dos conservadores modernistas. Em sua fundação, Peter Walker, ex-membro do partido, expressou que a criação do *Tory Reform Group* tinha por objetivo expressar a voz liberal do Partido Conservador britânico (TORY REFORM GROUP, 2019).

Entre os membros do Partido Conservador, existe também a facção *Conservative Voice* que se posiciona do lado centro-direita do espectro político. Mesmo baseando-se também em visões do grupo anterior, essa facção é a favor do Brexit porque foi uma decisão do povo britânico. Este subgrupo compreende que no acordo de saída do Reino Unido da União Europeia, o país deve ter alto controle sobre suas fronteiras, leis e dinheiro. O *Conservative Voice* argumenta que o Reino Unido deve ser governado pelos britânicos e não pelas leis de Bruxelas da UE (CONSERVATIVE VOICE, 2019).

Outro grupo chamado *Respublica* também se identifica como um *think tank* mas obtém grande apoio de membros do Partido Conservador como de outros. Essa facção argumenta que se posiciona além do espectro de direita-esquerda da política, e busca promover pesquisas que favoreçam o bem comum e o desenvolvimento de riquezas que possibilitem o progresso humano (RESPUBLICA, 2019).

A facção *Bright Blue* também é um *think tank* que poia fervorosamente o conservadorismo social que David Cameron tentou implantar no partido em seu mandato.

Assim, o grupo se coloca lado a lado àqueles modernizadores discutidos anteriormente. Os membros da facção apoiam uma ideia pró-mercado, argumentando que o governo e as instituições devem existir apenas para corrigir os erros do mercado. O principal foco dessa facção em relação a saída do Reino Unido da União Europeia, é que o acordo entre o país e o bloco possa promover o que eles chamam de *Green Brexit*.

A oposição do grupo anterior se materializa na facção *Free Enterprise Group* que argumenta a favor de uma lógica de livre mercado. O objetivo do grupo que restaurar a importância das empresas e bancos, que foi perdida após à crise de 2008 (Free Enterprise Group, 2019). Diferente dos grupos acima, o *Free Enterprise Group* se identifica como membro integrante do Partido Conservador britânico e se posiciona favorável a uma realidade de *no deal Brexit* (The Guardian, 2018). Abaixo segue uma tabela de algumas facções citadas e outras e como elas se posicionam em relação a possíveis acordos de Brexit. Vale ressaltar que aquelas que apoiam um *soft Brexit* se aproximam mais da ala liberal conservadora do partido, a ala qual David Cameron se encaixava. Porém, aqueles apoiadores do *Hard Brexit* ou *No deal* estão agrupados na ala eurocética e social conservadora do partido.

Tabela 4: Algumas facções do PCb e como elas se dividem em relação ao Brexit.

Soft Brexit	Hard Brexit	No Deal
Tory Reform Group	The Bruges Group	Free Enterprise Group
People's Vote	European Research Group	Eurosceptics
Brexit Delivery Group	Brexit Delivery Group	-

Além das facções citadas acima, existem outras que se locomovem entre elas e defendem argumentações parecidas. Em 2019, o jornal Financial Times distribuiu o Partido Conservador britânico em seis facções que discordam em relação a um *soft* ou *hard Brexit*. Não existe um consenso então, sobre quantas facções existem dentro do partido mas podemos identificar alguns grupos e suas posições em relação ao Brexit. Como dito anteriormente, facções partidárias são uma realidade crua e saudável da política nacional e internacional, estes grupos existem para demonstrar as diversas e distintas visões sobre a realidade política de uma localidade. No caso britânico, algumas facções surgiram como *policy seeking* e buscam apenas encontrar uma resposta em relação ao Brexit, outras surgem enquanto *office seeking* que além de argumentar a favor de políticas específicas também buscam *payoffs* específicos, e existem àquelas que são *vote seeking* que, no caso britânico não se aplica. No entanto, as facções que se

identificam enquanto *policy* ou *office seeking* obedecem a argumentação de que estes grupos são extremamente dinâmicos e multifacetados com o poder de se transformar com o tempo (BOUCEK, 2009).

Com relação aquelas facções que se identificam como *think tanks*, por mais que sejam compostas por membros de partidos, podem usar essa identificação como uma resposta à algumas argumentações colocadas por Boucek (2009) e Maor (1997). Podemos perceber que anteriormente e atualmente, facções são avaliadas com uma conotação negativa. Dessa forma, é válido compreender que muitos destes grupos não são adeptos a identificação de facções. Muitos, por exemplo, podem seguir a argumentação de Rose (1964) de que partidos podem ser formados tanto por facções quanto por tendências. No entanto, tendências segundo o autor, são grupos desorganizados e são marcados por atitudes estáveis e não políticos estáveis. Rose (1964) coloca também que o Partido Conservador britânico, diferente do Trabalhista poderia ser considerado enquanto um partido de tendências e não de facções. Toda via, essa não é mais a realidade do partido. Atualmente, como visto, os conservadores seguem muito mais as interpretações de Boucek (2009) de que uma facção deve ser organizada mas que também pode se modificar com o tempo e em relação à políticas. Dessa forma, a definição de Rose (1964), sobre tendências, é a atual definição de Boucek (2009) sobre facções.

Por fim, é importante compreender que as atuais facções do PCb são extremamente diversas e possuem interesses e *payoffs* distintos, para encontrar especificamente quais são eles, seria necessário um estudo mais amplo e com pesquisa de campo. Para agora, o objetivo é identificar tais facções, como feito nesse capítulo, e demonstrar como elas interagem em um jogo de coordenação, no próximo capítulo. Ao iniciar o próximo capítulo é importante compreender que os desafios do Parlamento britânico e de Boris Johnson são concatenar todos os interesses e objetivos dos MPs em um acordo de Brexit que sirva para todos.

3. As facções e suas interações

O presente capítulo se dividirá em duas partes: na primeira parte, discutiremos a teoria à cerca dos jogos de cooperação e coordenação e da teoria dos jogos; a segunda parte se estende sobre a discussão em qual dos dois jogos as negociações em torno do Brexit se encaixam. As divisões das partes aparecem de forma didática para apresentar as duas possibilidades de jogo e mostrar que teoricamente o Brexit se encaixa em um meio termo entre os dois jogos. Antes de adentrar nas lógicas dos jogos de cooperação e coordenação, é necessário discutir acerca da perspectiva estratégica e do multilateralismo. No entanto, neste capítulo, tentamos aplicar a ótica do multilateralismo para os jogos de dois níveis e partidos políticos, fugindo do escopo de Organizações Internacionais que o multilateralismo busca explicar.

3.1 Perspectiva estratégica, institucionalismo e multilateralismo

Para compreender como funciona a lógica da perspectiva estratégica, é necessário ter em mente que essa perspectiva não reconhece o Estado como ator unitário. Dessa forma, ela se diferencia das argumentações da teoria realista de relações internacionais que atribui o Estado como ator unitário, ou seja, compreende que o Estado age como um ator racional único sem levar em conta todos os outros indivíduos que fazem parte dessa instituição. Do lado contrário, a perspectiva estratégica busca analisar o interesse nacional como interesses particulares dos chefes de governo. Assim, podemos atribuir que o objetivo da perspectiva estratégica, enquanto método de análise, é identificar o chefe de governo e estudá-lo a fundo. Como essa perspectiva leva em conta o chefe de governo e o interesse nacional de particulares, podemos dizer também que o que mais importa aqui é a política doméstica e de quais formas ela afeta a política internacional.

A perspectiva estratégica é uma teoria de agência, ou seja, leva em conta comportamentos e resultados individuais. Os atores são entidades como roteiros pré-determinados, que não alteram o sistema, mas operam no sistema. Atores, então, atuam na lógica de política organizacional e burocrática introduzida por Allison e Zelikow (1999) que determina que as políticas organizacionais obedecem a roteiros, rotinas e procedimentos pré-estabelecidos. Os agentes podem alterar o sistema e não seguem *scripts* pré-determinados. Assim, a estrutura é vista como sistema e a agência é vista como indivíduo.

Já essa dinâmica de agentes se correlaciona com o terceiro modelo de Allison e Zelikow (1999). O modelo III também não enxerga atores unitários, mas muitos atores que atuam como

jogadores na política interna e externa de um Estado. Estes jogadores, por sua vez, focam em diversos problemas intranacionais. Tais jogadores representam departamentos ou agências com interesses e constituições próprios e agem de acordo com objetivos nacionais, organizacionais e pessoais. Para os autores, existe um círculo de jogadores centrais que podem ser representados por líderes políticos, que são os que importam para a análise do presente trabalho, líderes de grandes organizações, que podem agir a favor ou contra os interesses dos chefes de governo dependendo de seus próprios interesses e objetivos. Allison e Zelikow (1999), dessa forma, argumentam que a política é resultado de jogos de barganha e para entender porque decisões são tomadas é necessário saber os jogos e os jogadores imersos e assim, monitorar coalizões, barganhas e compromissos. Por fim, podemos atribuir também que líderes de governo não têm objetivos operacionais idênticos, assim, prioridades e percepções são formadas por posições, aqueles que participam do governo se estruturam através de valores e interesses comuns, por fim, as coalizões de governo são formadas para chegar em ações desejadas.

Mesquita (2012) argumenta que os chefes de governo encarregados de cada Estado devem sempre colocar na balança política os pesos de custos e benefícios pessoais e nacionais. O autor ainda coloca como principal, a vontade do líder de permanecer no governo. Este é o principal objetivo de um chefe de governo e tudo que ele faz é com este fim em mente. Assim, tanto a política doméstica quanto a política internacional, envolvem a escolha de política e ações que possam dar ao chefe de governo o fim desejado. No campo doméstico, o líder deve ter em mente que suas ações podem desencadear oposições domésticas que podem depô-lo do poder. No campo internacional, essa realidade é possível assim como a realidade de que um chefe de governo pode irritar líderes internacionais rivais.

Acerca do que foi visto até agora, a perspectiva estratégica surge como uma teoria de agência que tem por objetivo olhar para dentro dos países e abrir a caixa-preta do Estado. Essa teoria vem como forma de analisar as políticas externas de chefes de governo através de suas políticas domésticas. Políticas essas que estão embricadas por interesses e objetivos pessoais, organizacionais e nacionais dos chefes de governo e daqueles que fazem parte dos jogos de barganhas que envolvem a política doméstica de um Estado.

Para compreender como esses jogos de interação estratégica funcionam, devemos ter em mente que a solução e entendimento de dilemas encontrados na política internacional pode ser dada através de instituições e multilateralismo. Por multilateralismo, seguiremos a linha de raciocínio de Lisa Martin (1992), que apresenta o termo constituído de três partes:

indivisibilidade (o ataque contra um corresponde a um ataque contra todos), não-discriminação (todas as partes devem ser tratadas similarmente) e reciprocidade difusa (garantias de equilíbrio a longo prazo em suas relações). Já por instituições, usaremos a definição de Fritz Scharpf (1997) que as compreende enquanto formas dos indivíduos de achar sentido no caos em que vivemos e antecipar ações imprevisíveis com aqueles com quem interagimos. Dessa forma, é necessário enxergar estes dois conceitos enquanto ferramentas de análise e estruturas próprias. Essas estruturas trabalham como guias na procura de explicações. Scharpf (1997) não busca criar, assim, uma teoria, mas busca elencar ferramentas disponíveis para que acadêmicos possam usar em suas análises. Por fim, é importante para achar tais explicações análises de dados empíricos e explicações subjetivas de preferências dos atores em jogo (SCHARPF, 1997).

Dentro dessas interações existem, portanto, atores. Atores individuais e coletivos, que respondem a si mesmos ou a instituições ou grupos. Atores individuais têm interesses, preferências e *payoffs* individuais, por outro lado, atores coletivos apresentam tais atributos de forma coletiva e respeitam a unidade do grupo e não a interesses particulares. O principal ponto que deve ser entendido é que a forma como esses atributos se apresentam, não se diferencia apenas em conceitos, mas também em estrutura. Por estrutura, queremos dizer a forma como interesses, preferências e *payoffs* se dividem. Assim, buscamos concatenar e distribuir como estes atributos se encaixam nos membros das facções e nos participantes dos jogos. Um ator individual pode responder às outras partes, mas sempre levará em conta como parte importante suas próprias preferências. A partir do momento que este ator se insere em um grupo, as preferências do grupo se somam às suas e às das outras partes. Isso não quer dizer que suas preferências deixam de ser importantes, mas que agora o indivíduo deve prestar atenção nas outras partes também.

Scharpf (1997) pontua que abordagens focadas nos atores dependem da subjetividade das intenções dos atores e o modo como eles captam a realidade, por tais motivos os dados relativos a tal abordagem são difícil acesso e variáveis de um indivíduo para o outro. De difícil acesso pela complexidade de encontrar as preferências de todos os atores, individuais ou coletivos, dentro de um jogo e variáveis porque os atores não são iguais e apresentam preferências específicas. O autor ainda argumenta que a ferramenta de institucionalismo focado nos atores (*actor-centred institutionalism*) foca em como as instituições influenciam as percepções e consequentemente, as preferências dos atores. Dentro dos jogos de interação estratégica, os atores apresentam preferências que podem ter sido influenciadas e formadas por

eles mesmos, como sua cultura, experiência e meio em que vivem. Como também podem ser influenciadas por instituições, como o Estado e atores corporacionais. Assim, as interações que formam tais preferências são diversas e complexas.

As interações que recaem sobre o Brexit obedecem às mesmas regras colocadas acima. Dentro das negociações existem diversos atores, individuais e coletivos, que respeitam preferências dos dois tipos. De forma abrangente temos três atores principais nas negociações em torno da saída do Reino Unido da União Europeia: o Reino Unido, a União Europeia e a Irlanda do Norte. Nesse trabalho analisaremos apenas a política interna do Reino Unido e da Irlanda do Norte e sua relação com o desenrolar das negociações. As próximas duas seções ainda se encaixam no aporte teórico, a próxima seção discutirá o que são jogos de cooperação. A seção seguinte fará a mesma discussão a partir da ótica dos jogos de coordenação. Por fim, a última seção do capítulo fará um encaixe das discussões anteriores com a realidade das negociações em torno do Brexit.

3.2 Jogos de cooperação (colaboração)

Gulati et al (2012) configura cooperação inter-organizacional enquanto uma busca conjunta de objetivos coletivos que correspondem ao entendimento compartilhado de contribuições e *payoffs*. Os acordos frutos da cooperação são responsáveis pela distribuição de recursos, esforços e *payoffs* recebidos e providos por cada jogador,

Os acordos sobre entradas e saídas criam uma configuração específica de interdependência de recursos (...) entre parceiros, uma vez que os benefícios esperados de cada parceiro do relacionamento dependem das contribuições de outros. Quanto maior a extensão pretendida da cooperação - ou seja, quanto mais insumos são fornecidos ou esperados - maior a interdependência entre os parceiros e maior a necessidade de um alto nível de cooperação entre eles, sendo tudo o mais igual (...). (GULATI et al, 2012, p. 534, tradução nossa)

Os jogos de cooperação também podem ser compreendidos de forma abrangente enquanto problemas de ação coletiva de resultados sub-ótimos. Mancur Olson (1971) admite que dentro de organizações associações existem diversos indivíduos com interesses distintos, no entanto, esses indivíduos tem algum grau de semelhança em seus objetivos para que as organizações existam. Um dos principais objetivos das organizações é alcançar os interesses de seus membros, que muitas vezes se agregam em um interesse comum da organização, “Organizations can therefore perform a function when there are common or group interests, and though organizations often also serve purely personal, individual interests, their characteristic and primary function is to advance the common interests of groups of individuals” (OLSON,

1971, p. 7). Assim, as organizações têm a dificuldade de responder a todos interesses individuais e os interesses do grupo como um todo.

Martin (1992) defende que para a resolução dos jogos de cooperação é necessário o ajustamento de políticas mútuas para que os jogadores se movam destes resultados sub ótimos ao mesmo tempo que negam sua estratégia dominante. Os resultados sub ótimos dos jogos de cooperação ocorrem porque os jogadores entram em consenso sobre uma determinada ação que obedece ao interesse principal do grupo. No entanto, por vezes, alguns jogadores precisam deixar de lado suas estratégias dominantes, ou seja, a melhor estratégia da interação, para obter uma escolha coletiva. O resultado dos jogos de coordenação são de equilíbrio estável e normas consensuais. Dessa forma, nenhum dos jogadores têm altos incentivos para desertar (HOLLIS & SMITH, 1994). Isto porque as ações foram tomadas em conjunto levando em consideração as preferências de todos os jogadores, no entanto, desertar continua sendo uma possibilidade.

Tabela 5: O dilema dos prisioneiros

Jogador B		
Jogador A	Cooperar	Desertar
Cooperar	2; 2	1; 4
Desertar	4; 1	3; 3
Jogador A: (1;4) > (2;2) > (3;3) > (4;1)		
Jogador B: (4;1) > (2;2) > (3;3) > (1;4)		

A figura 1 acima mostra um jogo de cooperação chamado dilema dos prisioneiros onde na história principal dois indivíduos cometem um crime. Após cometerem o crime, a polícia leva os dois indivíduos para interrogação, no entanto, cada um deles é interrogado separadamente em duas salas ao mesmo momento. No jogo se os dois cooperarem e negarem o crime, cada um fica preso por 2 anos, combinação representada no canto superior esquerdo; se os dois confessarem o crime, cada um fica preso por 3 anos, representado no canto inferior direito; se o jogador A negar o crime (cooperar) e o jogador B confessar, eles recebem 1 ano e 4 anos de prisão respectivamente, representado pelo canto superior direito; e, por fim, se o jogador A confessar o crime e o jogador B negar, eles recebem 4 anos e 1 ano de prisão respectivamente, representado pelo canto inferior esquerdo.

Na interação do dilema dos prisioneiros a melhor escolha para ambos os jogadores é a primeira (cooperar; cooperar), em que os dois negam o crime. Todavia, levando em

consideração as circunstâncias do jogo, em que os dois jogadores são interrogados simultaneamente em salas separadas, a escolha pela melhor estratégia deve ser tomada antes da interrogação. Mesmo com a escolha da melhor estratégia, é necessário a confiança mútua entre os jogadores de que nenhum irá desertar, já que se isso acontecer um dos dois receberá o pior *payoff* da interação.

Porém, existe a possibilidade de falhas na cooperação que consequentemente muda as interações e os resultados dos jogos. Gulati et al (2012) compreende que nas interações cooperativas, devido a interdependência de recursos, os jogadores podem não se comportar com o que fora acordado em virtude das contribuições e *payoffs*. Os participantes do jogo podem disponibilizar recursos diferentes uns dos outros o que pode resultar no desequilíbrio da interação. Nesse momento, surgem os *free riders* (caronas) que se apropriam dos mesmos *payoffs* mas não disponibilizam a mesma quantidade de recursos.

Dada a interdependência de recursos, a principal preocupação de cooperação é que os parceiros não se comportariam conforme acordado em relação a contribuições ou *payoffs*. Tais desvios constituem falhas de cooperação: as organizações podem evitar - contribuir menos do que o acordado - ou tentar reivindicar mais benefícios do que o acordado por meio da apropriação indevida de recursos de parceiros ou resultados de alianças ou por meio de suspensão, a exploração de uma posição de negociação superior para negociar termos mais favoráveis. (GULATI et al, 2012, p.534, tradução nossa)

Segundo Martin (1992) uma das estratégias para solução de problemas de cooperação é o ajustamento de políticas dos jogadores que decidiram se mover de resultados sub ótimos e deixaram de lado sua estratégia dominante. Ainda é argumentado pela autora que a extensão da sombra do futuro e a confiança em mecanismos centralizados somam-se às estratégias para solucionar tais problemas.

A difusão de informações se torna muito importante nos problemas de cooperação para que todos os jogadores tenham um mínimo de conhecimento dos interesses, estratégias e comportamentos alheios. Isso porque a falta de informação pode causar problemas de deserção que se tornam adversidades àqueles que permanecem no jogo (MARTIN, 1992). Pontualmente, a falta de informação sejam elas perfeitas ou imperfeitas podem dificultar a tomada de decisão e possibilitar a emergência de *free riders*. De um lado, um jogo de informação perfeita ocorre quando todos os participantes têm conhecimento de toda a história antes de fazerem sua escolha. Do outro lado, os jogos de informação imperfeita são diametralmente opostos e os jogadores não conhecem toda a história antes de tomar suas decisões (FIANI, 2009).

Em todas as interações cooperativas deve-se prestar atenção nos *free riders*, principalmente aquelas com um número maior de jogadores, como por exemplo nas negociações do Brexit. Isso porque em jogos com dois integrantes, se um deles desertar, o jogo acaba. No entanto, quando existem mais jogadores, as deserções podem não ser levadas em conta ou sentidas pelos demais. Assim, essa possibilidade traz à tona tal problema cooperativo onde alguns jogadores contribuem com custos mas todos recebem os resultados (HOLLIS & SMITH, 1991).

Gulati et al (2012) complementa tal argumentação ao explicar que um dos principais riscos da cooperação são os comprometimentos instáveis e motivações escondidas. Por outro lado, os remédios para tais problemas são as sanções legais privadas ou públicas, sanções sociais e identificação dos riscos relacionais entre os participantes. Assim, dentro do institucionalismo e multilateralismo explicado por Martin (1992), podemos também somar a esses remédios, punições contra *free riders* para que os jogadores não aceitem incentivos de curto-prazo para fazê-lo, mas sim, um senso de obrigação a longo-prazo para não o fazer.

3.3 Jogos de coordenação

Ao contrário dos jogos de cooperação, nas interações coordenativas, os jogadores não têm muitos incentivos para deserção assim que um equilíbrio é encontrado. Por um lado, a perspectiva cooperativa analisa as contribuições que são feitas e quais resultados são esperados das interações. Por outro lado, a perspectiva coordenativa analisa como as interações são organizadas pelas alianças. Os jogos coordenativos podem ser caracterizados pelo alinhamento ordenado e ajustamento de ações para chegar a determinados objetivos. Dentro dessa perspectiva, é importante que as perdas processuais sejam mínimas.

Figura 2: Comparação entre as perspectivas cooperativas e coordenativas (GULATI et al, 2012).

	Cooperação	Coordenação
O que importa na aliança	Quais as contribuições feitas e quais os resultados esperados pelos parceiros da aliança.	Como as interações são organizadas entre os membros da aliança.
Motivação	Administração de recursos dependentes de todos os jogadores e compartilhamento de riscos de investimento.	Administração de tarefas interdependentes e incertezas dentro da aliança.

Riscos	Comprometimentos instáveis e motivações desconhecidas.	Inabilidade de coordenação ente fronteiras organizacionais.
Sucesso da interação	Estabilidade, equidade e obtenção de objetivos na aliança.	Eficiência, efetividade, flexibilidade de ações conjuntas.
Fracasso da interação	Esquivos, atrasos e apropriações indevidas.	Omissão, incompatibilidades e alocações indevidas.
Prevenção do fracasso	Sanções legais ou privadas; sanções sociais.	Hierarquias, autoridade e formalização; instituições e convenções; links interpessoais.

A figura acima mostra as principais diferenças entre os jogos de cooperação e coordenação. É importante notar que para a colaboração o que parece ser mais importante são as contribuições de cada um dos jogadores e os resultados que elas provem. Por sua caracterização principal, esses jogos assumem a possibilidade de *free riders* e ao contrário, os jogos de coordenação não assumem esse tipo de jogadores. O segundo tipo de interação apresenta como principal característica como são organizadas as alianças entre os jogadores, sendo os resultados. Desse modo, importantes, mas não essenciais. Também por este motivo, os processos de interdependência e as incertezas são de suma importância.

Um dos principais jogos para demonstrar as interações coordenativas é a “Batalha dos sexos”. Existem dois jogadores que são um casal e devem decidir sobre seus planos para uma tarde, sendo os dois planos ir ao cinema ou ir à praia. Tanto para o jogador A quanto para o jogador B, o que importa é que eles fiquem juntos.

Tabela 6: Batalha dos sexos.

Jogador A	Jogador B	
	Ir ao cinema	Ir à praia
Ir ao cinema	4; 2	0; 0
Ir à praia	0; 0	2; 4
Jogador A: (4;2) > (2;4) > (0;0) = (0;0)		
Jogador B: (2;4) > (4;2) > (0;0) = (0;0)		

O jogador A prefere ir ao cinema do que ir à praia, no entanto, o jogador B prefere ir à praia do que ir ao cinema. Mesmo com preferências distintas, os dois preferem ficar juntos mesmo que não sigam suas preferências do que ficar separado. Nesse tipo de interação, como vimos, o

importante é organizar as alianças entre os jogadores já que não existe um resultado que seja dominante para os dois.

Dentre as soluções para os problemas de coordenação, Gulati et al (2012) demonstra que hierarquias bem definidas, autoridades, instituições e convenções configuram as melhores opções. O principal travamento dentro destes jogos se referem ao relacionamento entre os membros das alianças. Dessa forma, hierarquias e autoridades inseridas nas alianças podem assumir um papel de poder que facilitaria a tomada de decisão dentro destes jogos.

Os primeiros estudos administrativos enfatizaram particularmente a capacidade das hierarquias organizacionais - mecanismos formais e verticais de coordenação - para facilitar a realização de tarefas complexas e interdependentes, estabelecendo relações claras de autoridade e formalização das atividades organizacionais (...). Estruturas de JV e contratos formais podem replicar elementos-chave da hierarquia (...) - como procedimentos operacionais padrão e controles hierárquicos - que esclarecem e formalizam a divisão do trabalho, superam a racionalidade limitada dos indivíduos e o tempo limitado de atenção (...) e colmatar diferenças culturais (...). (GULATI et al, 2012, p. 540, tradução nossa)

Deve-se ter em mente que tanto os jogos de cooperação e coordenação são cooperativos. O que é principal na diferença entre os dois é a substância da interação entre as partes, as motivações e os riscos. Parece importante colocar que a cooperação assume um papel mais duro ao levar em conta apenas as contribuições feitas pelos jogadores e sua administração, deixando o caminho aberto para a existência de caronas que podem atrasar e minar os acordos. Por outro lado, a coordenação se importa com a relação entre as alianças e como elas chegarão a um resultado ótimo para o grupo. Ao olharmos para a tabela de diferenciação entre os dois tipos de interação, colocada por Gulati et al (2012) e as tabelas com as demonstrações dos jogos, podemos perceber que na cooperação, os jogadores saem de seus resultados subótimos para assumir uma posição que seja melhor para o grupo. No entanto, na coordenação a interação entre os jogadores aparece como um fator principal para a tomada de decisão.

3.4. As posições do Partido Conservador britânico em relação ao Brexit

A sessão final deste capítulo mostra quais são as principais facções dentro do Partido Conservador Britânico que se dividem entre *Hard*, *Soft* e *No deal Brexit*. Será explicado como cada um das facções se posiciona em relação ao Brexit e suas relações entre si, além de mostrar por que demorou tanto tempo para que fosse chegado a um acordo acerca do Brexit. Nas votações sobre os textos do *Withdrawal Agreement*, as maiores divergências são fruto do PCB que sofreu algumas deserções desde 2016 e diversas discordâncias.

O referendo sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia aconteceu no meio de 2016, no entanto, apenas em janeiro de 2019 foi votado no Parlamento o acordo referente a saída. No dia 15 de janeiro de 2019, após cinco dias de discussões em torno do acordo, o *Withdrawal Agreement* foi para votação no Parlamento britânico, onde a então Primeira – Ministra, Theresa May sofreu uma derrota que marcou a história da política britânica. A proposta de May perdeu com 432 desaprovações contra 202 aprovações, sendo que dentre os *noes*, 118 eram membros do Partido Conservador. Isso mostra que dentro de seu partido, a ex – Premiê sofreu grandes desaprovações que levou o acordo a mais quatro sessões de voto.

Como foi mostrado no capítulo anterior, facções partidárias são elementos comuns da política democrática. Em âmbitos regionais e nacionais, o consenso nem sempre é regra e muitas vezes o alto número de atores importantes faz com que diversas distribuições de objetivos resultados existam. As negociações do Brexit não tomaram um rumo diferente. Todos os partidos do Reino Unido envolvidos nas negociações, são formados por membros do parlamento que muitas vezes convergem ou divergem das decisões esperadas por seus partidos. Em uma pauta tão importante quanto o Brexit, é comum vermos divergências entre os membros do partido acerca das votações e negociações. Quando vemos grandes divergências entre MPs, nota-se a formação de grupos dentro do próprio partido, as facções.

Dentre essas facções, a mais importante e que mais se opõe a um *Soft Brexit*, é o *European Research Group (ERG)*. Este grupo é formado por membros do PCB e outros partidos e estão na camada daqueles que apoiam o *Hard Brexit*, ou seja, apoiam que a saída do Reino Unido da UE seja brusca tanto na área social quanto econômica. O grupo pode ser identificado enquanto social conservador que discorda em votações de pautas ligadas à direitos humanos, direitos LGBT e à integração europeia. Jacob Rees-Moog, líder do ERG, nas pautas sociais, votou consistentemente contra direitos da comunidade LGBT, contra leis que promovam igualdade e direitos humanos e contra a permissão do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nas pautas relacionadas à Política Externa e Defesa, o MP votou contra a integração com a União Europeia entre os anos de 2010 e 2019 e contra o direito de nacionais da UE permanecerem no Reino Unido após o Brexit (THEYWORKFORYOU, 2020).

Em segundo lugar podemos citar um grupo dentro do Partido Conservador chamado *One Nation*. Este grupo luta, dentro das negociações do Brexit, contra a saída do bloco sem um acordo. A atual líder da facção, Amber Rudd, foi um dos nomes pensado para ser sucessora de May enquanto Primeira – Ministra e obtinha apoio de cerca de 40 MPs (SAVAGE, 2019). Um

dos principais membros do grupo é o MP Greg Clark que votou consistentemente igual à Jacob Rees-Moog nas pautas relacionadas à União Europeia. Clark também se opôs a maior integração europeia e aos direitos dos nacionais da UE, no entanto, votou a favor de direitos da comunidade LGBT e a favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo (THEYWORKFORYOU, 2019). Diferente do ERG, este grupo se coloca dentro do conservadorismo liberal e apoia pautas referentes à direitos humanos e sociais. Contudo, este grupo apresenta a mesma visão em relação à União Europeia, sendo a única diferença sua oposição a um *no-deal Brexit*.

Dentro do grupo daqueles que preferiam a saída do RU da UE, existem divergências em como deve ser essa saída. Ries et al (2017) aponta que dentro do Reino Unido existiam dois grupos a favor da saída, o primeiro formado principalmente pelo então líder do *United Kingdom Independent Party* (UKIP), Nigel Farage, estava preocupado principalmente com as altas taxas de imigração e a perda de postos de trabalho pelo povo britânico. O segundo grupo advogava a favor de um *clean Brexit*, onde a saída demonstrava que o país faria melhores acordos econômicos com os outros países, se os fizessem sozinhos.

O MP Dominic Grieve pareceu se familiarizar com o grupo acima e opôs veementemente um *no-deal Brexit*. No entanto, o ex – MP esteve junto com aqueles que propunham um segundo referendo para saber se a opinião popular continuava a mesma, junto a ele, estavam Justine Greening e Sam Gyimah (MASON E ELGOT, 2019) Toda via, tanto Grieve quanto Gyimah foram expulsos do Partido Conservador pelo Primeiro – Ministro, Boris Johnson, por votarem contra a possibilidade da saída do bloco sem acordo. No que foi chamado o maior banho de sangue dentro do Partido Conservador, Johnson retirou a membresia de 21 conservadores que votaram contra o *no deal* e a favor da extensão do Artigo 50 da União Europeia, que daria mais tempo para o Reino Unido sair do bloco. Porém, após a saída destes MPs, o Primeiro – Ministro perdeu a maioria no parlamento e agora os ex – membros ou saíram da política britânica ou foram para outros partidos (STEWART E WALKER, 2019).

Além de divergências em relação a *Soft Brexit*, *Hard Brexit* e *no deal*, os membros do PCB também se dividem em grupos sobre quais posições tomar acerca da fronteira com a República da Irlanda. Na realidade, nota-se que, atualmente, a fronteira é a principal fonte de separações dentro do partido. A fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda é, hoje, aberta e permite o livre movimento de bens, pessoas e serviços, no entanto, após o Brexit, a Irlanda do Norte, como parte do RU, ficará fora da UE e a República da Irlanda continuará como membro do bloco. Existe uma grande apreensão entre os MPs e os nacionais de cada país

em relação a fronteira, por conta de todos os acordos de paz que foram assinados entre as duas partes (BBC, 2019). Após o Brexit, seria necessário criar uma fronteira aduaneira para administrar a movimentação entre os dois países, porém tal fronteira poderia colocar a prova a paz hoje mantida entre os países.

Entre as principais vertentes do Brexit (*Soft*, *Hard* e *No deal*), os principais objetivos e *payoffs* dos MPs podem divergir em gênero e número. As diferenças entre o conservadorismo social e liberal não são tão importantes para os arranjos consensuais do Brexit, apenas para dividir como cada membro se posiciona. Os principais resultados das negociações se alocam em cooperação e deserção ou coordenação e deserção, como são mostrados nos jogos. No entanto, a cooperação parece impossível entre aqueles que querem um acordo, *soft* e *hard*, e aqueles que se colocam a favor de uma saída sem acordo.

Esses dois grupos enfrentam seus dilemas distintos. O dilema dos "*Brexiteers*" refere-se a sustentar o crescimento econômico enquanto restringe a imigração (...). O lado oposto que deseja uma forma branda do Brexit enfrenta um dilema de garantir o acesso ao mercado único, enquanto protege as instituições democráticas do Reino Unido e a soberania parlamentar (...). Essas divisões internas no Reino Unido sobre a importância das diferentes questões nas negociações dificultaram o governo do Reino Unido a assumir uma posição firme de negociação. A importância atribuída às questões de crescimento econômico e soberania pelo governo do Reino Unido será decisiva para o resultado das negociações. (FIKSDAL, 2018, p. 39, tradução nossa)

Como aponta Fiskdal (2018), as facções a favor de um *Soft Brexit* argumentam que sair sem um acordo é o pior cenário que irá trazer grandes custos econômicos e incertezas em relação aos negócios com a UE. Os que advogam a favor de um *Hard Brexit* ou *no deal* acreditam que essa estratégia trará de volta a soberania britânica e será benéfico ao Reino Unido por que o país não precisará arcar com o orçamento da União Europeia. Alguns argumentam que sair sem acordo é melhor do que sair com um acordo ruim, porém, essa visão parece equivocada. No momento político em que o Reino Unido vive, de um lado a saída sem acordo poderia dificultar as relações futuras entre o país e o bloco, de outro, o acordo poderia conter fatores essenciais para algum tipo de membresia ou relações eficientes entre os dois.

Nos jogos cooperativos, como visto na sessão anterior, os jogadores cooperam afim de chegar à um resultado que seja eficiente para o coletivo. No dilema dos prisioneiros, a melhor opção para os participantes é cooperar mesmo que este seja um resultado sub ótimo, já que o que se espera em um jogo de cooperação é chegar em um resultado coletivo. As decisões devem ser tomadas coletivamente levando em consideração os *payoffs*, objetivos e contribuições de cada um. Não sabemos quais as ponderações que os membros do Partido Conservador britânico devem fazer, no entanto, a cooperação entre as facções só é possível através da administração de recursos dependentes e divisão de riscos coletivos. Além disso, a possibilidade de que um

jogo cooperativo seja de informação incompleta é muito maior do que em um jogo coordenativo. Se seguirmos o exemplo do Dilema dos Prisioneiros, cada um dos jogadores faz sua escolha “às escuras” sem saber qual decisão o outro irá tomar. Para que este cenário seja de melhor benefício para as facções do PCB, seria necessário que a informação sobre como cada MP votaria fosse comunicada anteriormente.

Contudo, existe a possibilidade de *free riders* que não acompanham a contribuição do restante do grupo mas provém dos mesmos resultados. Em um caso grande, como o Brexit, essa possibilidade é muito alta pelo grande número de jogadores. Nesse cenário, alguns MPs podem não contribuir da forma esperada e apenas apresentar seu voto frente ao Parlamento. Toda via, mesmo não arcando com os custos das negociações, estes arcariam com seus benefícios. No momento, é impossível identificar quais as contribuições de cada jogador ou se elas realmente existem, porém, se está for a realidade, a ocorrência de “caronas” é possível.

A realidade de um jogo coordenativo dentro das negociações do Brexit é a mais plausível. Em primeiro lugar, este jogo admite que o que mais importa é a interação entre os membros da aliança. Em segundo lugar, parece mais possível que as informações ajam de forma completa nesse tipo de interação. Dessa forma, as facções têm a possibilidade de interagir entre si para chegar a um resultado coletivo eficiente para todas. Além disso, todas as facções políticas apresentam um líder que fala e agrega as decisões individuais dos membros. Tal hierarquia seria de bom proveito dentro das negociações no Parlamento já que como argumenta Gulati et al (2012), hierarquias bem definidas facilitam as interações coordenativas. Por um lado, a coordenação parece se aproximar mais da realidade política do Reino Unido, por outro, devemos ter em mente que estes tipos de interação não assumem a possibilidade de *free riders* que podem ser um dos pontos dentro das facções.

No entanto, realidade interna do Reino Unido não se encaixe inteiramente em nenhuma das proposições apresentadas pelos jogos cooperativos e coordenativos. Contudo, ela parece uma mistura dos dois tipos de interações. O jogo cooperativo exemplifica bem essa interação pela possibilidade dos “caronas”, por outro lado, o jogo coordenativo exemplifica melhor a realidade britânica pela possibilidade de informações completas, pela interação entre os MPs de cada facção e pela hierarquia bem definida que efetivaria o jogo.

Conclusão

No ano de 2016, o Reino Unido surpreendeu à muitos por sua votação de referendo que definiria a permanência ou saída do país da União Europeia. No entanto, como vimos neste trabalho, o referendo não é um fator surpresa dentro da política britânica, mas sim, uma construção de diversos fatores que culminaram em sua saída. É imprescindível compreender que a relação entre o país e bloco nunca foi integral e estável, a presença de eurocéticos dentro de partidos britânicos fez nascer enormes divergências e questões sobre a eficiência e efetividade da membresia do Reino Unido. Dessa forma, o referendo que deu início ao processo de saída do RU da UE conta com diversos participantes com visões distintas sobre como essa saída deve se suceder.

Os atores devem cooperar, no entanto, nem sempre eles querem deixar de lado sua estratégia dominante em prol do grupo. Dessa forma, a quantidade de interesses faz com que a cooperação seja quase impossível e a possibilidade de incidência de *free riders*, muito grande. Os atores poderiam optar pela coordenação, porém, essa se baseia na interação entre os subgrupos que na realidade, muitas vezes se negam a interagir e coordenar suas ações. A melhor possibilidade, então, seria a cooperação para que o melhor fosse escolhido para todo o Reino Unido e não apenas para os interesses pessoais dos membros do parlamento conservadores. E a coordenação seria a melhor possibilidade por administrar a relação entre os subgrupos para que a cooperação fosse alcançada.

Comprendemos a deficiência do trabalho ao não alcançar uma discussão mais densa em torno das atuais negociações do Brexit e o posicionamento de todas facções dentro do Parlamento britânico. No entanto, a falta de informações oficiais e acadêmicas dificulta o acesso e disponibilidade de dados referente a tais negociações. Somado a isso, a atualidade do tema também interfere no processo de análise. Porém, queremos deixar claro a intenção de continuar a pesquisa em cima do tema de facções partidárias e sua relação com a tomada de decisão de análise de política externa dos países. Deve-se compreender a importância de partidos políticos na esfera da política internacional e compreender os modos de análise que podemos usar para entender a relação entre o meio internacional e o meio interno de um país. Faz-se necessário tais pesquisas para que possamos elucidar a importância dos jogos de dois níveis e da interação estratégica para melhor compreensão dos atores envolvidos na política interna dos Estados e sua relação com o sistema internacional.

Referências Bibliográficas

ALLEN, N. 'Brexit means Brexit': Theresa May and post-referendum British Politics. **British Politics**. s. p. 2017.

ALLISON, G; ZELIKOW, P. **Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis**. New York: Longman, 1999.

BBC News. Brexit: What is the Irish Border Backstop. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/newsround/46839059> Acesso em: 2 de fev. 2020.

BBC News. EU referendum results. BBC News, June 24th, 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results Acesso em:

BELLONI, F; BELLER, D. The Study of Party Factions as Competitive Political Organizations. **SAGE Journals**. 1976.

BONGARDT, A; TORRES, F. **Brexit: Uma questão de racionalidade política**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017.

BOUCEK, F. Rethinking Factionalism: Typologies, Intra-Party Dynamics and Three Faces of Factionalism. **Party Politics**. V.15, n. 4, pp. 455-485, 2009.

BRIGHT BLUE. Disponível em: <http://brightblue.org.uk/>, 2019. Acesso em: 2 de fev. 2020.

CERON, A. **Intra-party Politics and Party System Factional Conflict, Cooperation and Fission within Italian Parties**. 2011.Tese (Doutorado em Estudos Políticos) – Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Milão, Milão, 2011, 327 f.

CERON, A. **Leaders, Factions and the Game of Intra-Party Politics**. Routledge, 1st edition, 2019.

CONSERVATIVE VOICE. About us. Disponível em: <https://conservativevoice.co.uk/about-us/>, 2019. Acesso em: 2 de fev. 2020.

CROWSON, N. **The Conservative Party and Europe integration since 1945: at the heart of Europe?** London: Routledge, 2007.

DAVIES, W. The Tories have lost their ideology. Now they are merely the party of resentment. The Guardian, october 1st, 2019. Disponível em: 2019-<https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/oct/01/tories-values-brexit-johnson-cummings>. Acesso em: 10 de fev. 2020.

DOMMETT, K. The theory and practice of party modernisation: The conservative party under David Cameron, 2005-2015. **British Politics**. v. 10, n. 2, p. 249-266, mai. 2015.

DOREY, P. Towards Exit from the EU: The Conservative Party's Increasing Euroscepticism since the 1980s. **Politics and Governance**. V. 5, n. 2, pp. 27-40, 2017.

ELGOT, Jessica. Brexit, the fallout and the UK's future: what we know so far. The Guardian, 24 junho de 2016. Brexit .Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2016/jun/24/brexit-fallout-what-we-know-so-far>
Acesso em: 10 de julho de 2019.

FIANI, R. **Teoria dos Jogos: Com Aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais**. Elsevier, 3ª ed., 2009.

FIKSDAL, M. **Negotiating Brexit Under Extreme Uncertainty A game theoretic analysis of the UK's threat of no deal**. Master Thesis – Master Thesis in Political Science, University of Oslo, 2018, 102 f.

FREE ENTERPRISE GROUP. Availabe at: <https://www.freeenterprise.org.uk/>, 2019.

GULATI, R. et al. The Two Facets of Collaboration: Cooperation and Coordination in Strategic Alliances. **The Academy of Management Annals**. V. 6, n. 1, pp. 531 – 583, maio 2012.

HAYTON, R. British Conservatism after the vote for Brexit: The ideological legacy of David Cameron. **The British Journal of Politics and International Relations**. V. 20, n. 1, pp. 223-238, 2018.

HEIDI, M; WORTHY, B. Secrecy and Leadership: The Case of Theresa May's Brexit Negotiations. **Public Integrity**. pp. 1 – 13, 2019.

HEPPELL, T. Cameron and Liberal Conservatism: Attitudes within the Parliamentary Conservative Party and Conservative Ministers. **The British Journal of Politics and International Relations**. V. 15, pp. 340-361, 2013.

HEPPELL, T. **Choosing the Tory Leader: Conservative Party Leadership Elections from Heath to Cameron**. New York: Taurius Academic Studies, 2008.

HEPPELL, T. et al. The United Kingdom Refrendum on European Union Membership: The Voting of Conervative Parliamentarians. **Journal of Common Market Studies**. v. 55, n, 4, p. 762-778, 2017.

HEPPELL, Timothy. Cameron and Liberal Conservatism: Attitudes within the Parliamentary Conservative Party and Conservative Ministers. **The British Journal of Politics and International Relations**. v. 15, p. 340-361, 2013.

HEPPELL, Timothy; CRINES, Andrew; JEFFREY, David. The United Kingdom Refrendum on European Union Membership: The Voting of Conervative Parliamentarians. **Journal of Common Market Studies**. v. 55, n, 4, p. 762-778, 2017.

HOLLIS, M; SMITH, S. **Explaining and Understanding International Relations**. Clarendon Press, 1991.

KERR, P. et al. Getting back in the DeLorean: modernization vs. Anti-modernization in the contemporary British Politics. **Policy Studies**. V. 39, n. 3, p. 292-309, june 2018.

MAOR, M. **Political Parties and Party Systems: Comparative Approaches and The British Experience**. Routledge, 1997.

MARTIN, L. Interests, Power and Multilateralism. **International Organization**. V. 46, n.4, pp. 765 – 792, 1992.

MASON, R; ELGOT, J. How far will they go? The Tory tribes opposing Brexit. The Guardian, 16 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2019/aug/16/deal-or-no-deal-brexit-the-tory-tribes-weighing-up-their-next-moves> Acesso em: 2 de fev. 2020.

MESQUITA, B. et al. **The Logic of Political Survival**. Massachusetts: The MIT Press, 2003.

MESQUITA, B. **Principles of International Politics**. SAGE Publications, 2012.

MESQUITA, B; SMITH, A. Domestic Explanations of International Relations. **The Annual Review of Political Science**. V. 14, n. 1, p. 161-181, january 2012.

MOORE, L. Policy, Office and Votes: Conservative MPs and the Brexit Referendum. **Parliamentary Affairs**. V. 17, pp. 1-27, june 2017.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Harvard University Press, 1971.

PAYNE, S. et al. The Conservative party's Brexit tribes: na interactive guide. Financial times, march 28th, 2019. Disponível em: <https://ig.ft.com/brexit-tory-tribes/>. Acesso em: 2 de fev. 2020.

PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**. Vol. 42, No. 3, pp. 427-460, Summer, 1988.

RESPUBLICA. Society, prosperity, virtue – About us. Available at: <https://www.respublica.org.uk/>, 2019.

RIES, C. et al. **After Brexit: Alternate forms of Brexit and their implications for the United Kingdom, the European Union and the United States**. RAND Corporation, 2017.

ROSE, R. Parties, Factions and Tendencies in Britain. **Political Studies**. V. 12, n. 1, p. 33-46, 1964.

SAVAGE, M. “One Nation” Tories form group to counter pro – Brexit leadership candidates. The Guardian, 30 de março de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2019/mar/30/moderate-remainer-tories-one-nation-group-rudd> Acesso em: 2 de fev. 2020.

SCHARPF, F. W. **Games Real Actors Play: Actor – Centred Institutionalism in Policy Research**. Westview Press, 1997.

SMITH, M. The 16 Brexit Groups. YouGov, January 29th, 2019. Brexit, politics & current affairs. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2019/01/29/16-groups-brexite>. Acesso em: 2 de fev. 2020.

SMITH, M. Two thirds of Leave voters say Parliament should accept Boris Johnson’s deal. YouGov, October 18th, 2019. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2019/10/18/two-thirds-leave-voters-say-parliament-should-acce> Acesso em: 8 de ago. 2019.

SMITH, Matthew. The 16 Brexit groups. YouGov, 29 January 2019. Brexit, politics & current affairs. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/politics/articles-reports/2019/01/29/16-groups-brexite> Acesso em: 8 de ago. de 2019.

STEWART, H; WALKER, P. Boris Johnson to seek election after rebel Tories deliver Commons defeat. The Guardian, 3 de set. de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2019/sep/03/boris-johnson-suffers-commons-defeat-as-tories-turn-against-him> Acesso em: 2 de fev. 2020.

THATCHER, M. Speech to the College of Europe (The Bruges Speech) Margaret Thatcher Foundation, september 20th, 1988. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/107332> Acesso em: 2 de dez. 2019.

THE BRUGES GROUP. Against Eu integration and British involvement in the creation of a European Union super State. Available at: <https://www.brugesgroup.com/>, 2019.

THEY WORK FOR YOU. **Greg Clark.** Disponível em: https://www.theyworkforyou.com/mp/11884/greg_clark/tunbridge_wells Acesso em: 2 de fev. 2020.

THEY WORK FOR YOU. **Jacob Rees – Mogg.** Disponível em: https://www.theyworkforyou.com/mp/24926/jacob_rees-mogg/north_east_somerset/divisions?policy=6761 Acesso em: 2 de fev. 2020.

TOYNBEE, P. For hard-revolutionaries, Brexit is cover for diferente end. The Guardian, 20th november, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/nov/20/hard-right-brexit-tory-revolution-no-deal-eu>. Acesso em: 15 de jan. 2020.